

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO  
CURSO DE JORNALISMO

ÉMERSON PEREIRA DOS SANTOS

**A IMAGEM DE SI DO JORNALISMO DAS QUEBRADAS:**  
um estudo sobre o ethos dos veículos periféricos brasileiros

Porto Alegre

2022

**ÉMERSON PEREIRA DOS SANTOS**

**A IMAGEM DE SI DO JORNALISMO DAS QUEBRADAS:**  
um estudo sobre o ethos dos veículos periféricos brasileiros

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Thais Helena Furtado

Porto Alegre

2022

**ÉMERSON PEREIRA DOS SANTOS**

**A IMAGEM DE SI DO JORNALISMO DAS QUEBRADAS:**  
um estudo sobre o ethos dos veículos periféricos brasileiros

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

Aprovado em

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Basilio Alberto Sartor – UFRGS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra de Fátima Batista de Deus – UFRGS

---

Orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Thais Helena Furtado – UFRGS

## AGRADECIMENTOS

Meus avós, mesmo que não estejam mais aqui, serão sempre as pessoas mais fundamentais da minha vida. Quando perdi minha mãe, eles abraçaram eu e meus irmãos e nunca mais nos largaram. Escolheram ser nossos pais quando éramos tão novinhos que nem entendíamos o que estava acontecendo. E com amor, cuidado e muito zelo, nos deram a melhor educação que poderiam. Foram exemplos. A eles, não existem palavras o suficiente para expressar o quão grato eu sou.

Cristian, meu amigo e companheiro. A graduação só foi possível, em alguns momentos, pois tu estavas ao meu lado. Teu carinho, acolhimento e afeto tornaram mais leves diversas situações que passei. Te amo.

Agradeço a cada pessoa da minha família por acreditarem nos meus sonhos. Perceber o orgulho que sentem de mim se tornou uma fonte de força e motivação. Foi nas trocas que tive com amigos da UFRGS que melhor entendi o significado de ancestralidade. Entendi que nós somos um resultado dos sacrifícios feitos por aqueles que vieram antes de nós. Sendo assim, eu também me orgulho de vocês.

Aos amigos que fiz durante esses anos, e aqueles que sempre estiveram aqui. Vocês foram uma rede de apoio em tantos momentos. Nas conversas jogadas fora, nas trocas de ideias sobre planos e projetos, e mesmo nas noites dançando sem se preocupar com o dia seguinte. Esses e tantos outros encontros foram essenciais para que os momentos difíceis da graduação fossem mais possíveis de serem vividos.

Agradeço à UFRGS por ser um espaço de transformação. Eu realmente acredito que não há quem passe por essa universidade sem ser mexido de alguma forma. São tantas as experiências vivenciadas nesses últimos anos, que levarei tempos para perceber todos os atravessamentos que me fez. Um lugar de potência, de aprendizado e de descobertas, e que só consegue possibilitar tantas vivências por ser exatamente como é: pública, gratuita e de qualidade.

Aos meus professores e professoras, especificamente aqueles e aquelas que honram de forma tão bonita essa profissão, toda minha gratidão. De vocês, levo mais que conhecimentos acadêmicos. A dedicação de vocês é inspiradora. Thais Furtado, um agradecimento especial a ti. Até chegar o momento de eu realmente começar esse TCC, foi um processo longo, muito longo. E tu se manteve ao meu lado. Obrigado!

Impossível não mencionar a UFRGS TV, local que realmente me inseriu na universidade. Quando estava tão perdido dentro desse universo chamado UFRGS, ter começado a trabalhar na TV foi um refúgio. E isso aconteceu, pois ela é coordenada por uma das pessoas mais encantadoras que já conheci. Fernando Favaretto, tu és um ser humano lindo. Desejo que tu brilhe cada vez mais.

Dedico esse trabalho à memória de meus avós, Maria da Graça Rolim Ribeiro e Ivo dos Santos. Foi com eles que aprendi a ter a ousadia de sonhar alto. Meus passos são uma continuidade de suas trajetórias.

Por fim, permita que eu fale  
Não as minhas cicatrizes  
Achar que essas mazelas me definem  
É o pior dos crimes  
É dar o troféu pro nosso algoz  
e fazer nós sumir, aí

Tenho sangrado demais  
Tenho chorado pra cachorro  
Ano passado eu morri  
Mas esse ano eu não morro

**– AmarElo, uma canção de Emicida**

## RESUMO

Esta monografia tem como objetivo identificar quais são as dimensões de sentido que caracterizam o *ethos* dos veículos jornalísticos periféricos do Brasil na atualidade. Para isso, discutimos, primeiramente, os valores do jornalismo enquanto campo de atuação profissional e seu *ethos*-prévio. Abordamos também o papel da imprensa alternativa, entendendo-a como um fenômeno que aparece em diferentes momentos na história. Por fim, tratamos da imprensa alternativa como um novo ecossistema dentro do campo, onde se situam os veículos das periferias. A partir do método da Análise de Discurso, encontramos 102 sequências discursivas nas falas de nove jornalistas de veículos periféricos que participaram de um debate online onde discutiam diferentes questões que perpassam o cotidiano das redações onde atuam. Na análise, entendemos o jornalismo periférico como uma formação discursiva com quatro dimensões de sentidos: um jornalismo marcado por desafios, um jornalismo conectado com o território, um jornalismo de impacto social e um jornalismo diverso e democrático. Sendo essas, então, as dimensões de sentido que caracterizam o *ethos* dos veículos periféricos do Brasil de hoje.

**Palavras-chave:** Jornalismo alternativo. Novos arranjos jornalísticos. Jornalismo periférico. Análise de Discurso. *Ethos*.

## ABSTRACT

This monograph aims to identify which are the dimensions of meaning that characterize the *ethos* of peripheral journalistic vehicles in Brazil today. For this, we discuss, firstly, the values of journalism as a professional field of action and its previous *ethos*. We also approach the role of the alternative press, understanding it as a phenomenon that appears at different times in history. Finally, we treat the alternative press as a new ecosystem within the field, where the vehicles from the peripheries are located. Based on the Discourse Analysis method, we found 102 discursive sequences in the speeches of nine journalists from peripheral vehicles who participated in an online debate where they discussed different issues that pervade the daily life of the newsrooms where they work. In the analysis, we understand peripheral journalism as a discursive formation with four dimensions of meaning: a journalism marked by challenges, a journalism connected with the territory, a journalism with social impact and a diverse and democratic journalism. These being, then, the dimensions of meaning that characterize the *ethos* of peripheral vehicles in Brazil today.

**Keywords:** Alternative journalism. New journalistic arrangements. Peripheral journalism. Discourse Analysis. *Ethos*.



## LISTA DE TABELAS E QUADROS

<b>Tabela 1 - Dimensões de sentidos.....</b>	<b>53</b>
<b>Tabela 2 - Percentuais de incidências.....</b>	<b>53</b>
<b>Quadro 1 - Categorização das Dimensões de Sentido.....</b>	<b>66</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise de Discurso
AJ	Abaré Escola de Jornalismo
AM	Agência Mural
AP	Ação Popular
AR	Agência Retruco
DS	Dimensão de sentido
FD	Formação Discursiva
FDPJ	Formação Discursiva do Jornalismo Periférico
FP	Favela em Pauta
FR	Fala Roça
M	Maré de Notícias
N	Negritar Filmes e Produções
PC	PerifaConnection
SD	Sequência Discursiva
VC	Voz das Comunidades

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução</b> .....	<b>12</b>
<b>2. O que é ser um jornalista? O <i>ethos</i>-prévio da profissão</b> .....	<b>15</b>
2.1 A formação dos valores.....	15
2.2 A formação de um <i>ethos</i> .....	17
<b>3. Luta e resistência: caminhos da imprensa alternativa</b> .....	<b>22</b>
3.1. Reflexões sobre o conceito.....	22
3.2. Do humor à política: um jornalismo crítico e combativo.....	25
3.2.1. Diferentes estratégias para um mesmo objetivo.....	29
<b>4. Periferia é o centro: situando o jornalismo das quebradas</b> .....	<b>35</b>
4.1 Emerge uma nova imprensa alternativa.....	35
4.1.1. O campo alternativo reconfigura-se em novos arranjos.....	37
4.2. A periferia como um conceito.....	39
4.3. O Sujeito Periférico no centro das produções jornalísticas.....	42
<b>5. Da metodologia à análise: O Ethos do jornalista das periferias</b> .....	<b>45</b>
5.1. Metodologia: Análise do Discurso.....	45
5.2. A construção de um <i>corpus</i> .....	48
5.2.1. Percurso Metodológico.....	51
5.3. Resultados da análise: Identificando o <i>ethos</i> dos veículos periféricos.....	54
5.3.1. Um jornalismo marcado por desafios.....	54
5.3.2. Um jornalismo conectado com o território.....	57
5.3.3. Um jornalismo de impacto social.....	60
5.3.4. Um jornalismo diverso e democrático.....	63
5.4. Percepções sobre a análise.....	66
<b>6. Considerações finais</b> .....	<b>68</b>
<b>Referências</b> .....	<b>72</b>

## 1. Introdução

O jornalista não é mero transmissor de informações. Sua prática tem a função de organizar e interpretar os acontecimentos, de narrar o tempo presente para a construção de memórias e, ainda, de colaborar para formação de novos modos de se ver a realidade. São desses pensamentos iniciais que partem as motivações para o desenvolvimento desta pesquisa. Ao longo da graduação, na medida em que fui absorvendo as experiências e conhecimentos adquiridos – com destaque para os conteúdos que faziam intersecção entre comunicação e sociedade, construindo conexões diretas com a vida cotidiana – passei a refletir sobre a forma como a imprensa vinha representando determinados grupos sociais e territórios e, ao mesmo tempo, sobre como o campo jornalístico poderia colaborar na potencialização dessas comunidades.

Foi na busca por referências de outras formas de se fazer jornalismo, que me levassem para além da atuação da imprensa tradicional, que encontrei os veículos periféricos. O contato com as matérias produzidas por esses jornais me moveu, fazendo com que eu pensasse nas próprias vivências que me acompanhavam – sendo eu também um sujeito criado em um território periférico. Isso me levou a idealizar e lançar, em 2020, um portal de notícias, um veículo independente que produzia conteúdos ligados ao local onde cresci e que desse o devido valor aos saberes e às questões próprias dessa realidade. A minha realidade. Em parceria com outros colegas, desenvolvemos o projeto chamado *O Periférico*.

Após um ano de produção em diferentes formatos, o portal não está mais em atividade, por diversos motivos. Apesar disso, ficou claro para todas as pessoas que se envolveram nele, incluindo-me nesse grupo, que o exercício de ampliar o olhar, percebendo e valorizando as vivências próprias das nossas comunidades, contribuiu para o aprimoramento das nossas práticas profissionais.

Partindo dessa experiência, surgiu o desejo de investigar os jornalistas periféricos, de entender qual a imagem que possuem de si. Penso que tal movimento pode colaborar para a compreensão das potencialidades que a atuação desses profissionais traz para o campo jornalístico como um todo, assim como identificar as dificuldades que enfrentam. Essas reflexões enriquecem o debate sobre a atuação desses profissionais e podem fortalecer o papel social do próprio jornalismo, já que as comunidades estão presentes em suas produções não

somente como um objeto noticioso, mas como parte importante do processo de comunicação.

Para começar o estudo, realizei uma busca por monografias, dissertações, teses e artigos que tratassem da temática abordada nesta pesquisa. Foram consultados o Banco de Teses e Dissertações da Capes, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, os anais do intercom e os repositórios digitais da UFRGS, PUCRS, Unisinos e USP. Com a investigação, identifiquei alguns trabalhos que trazem esforços semelhantes ao proposto aqui, apesar de serem poucos e com enquadramentos e objetos que divergem do presente trabalho de conclusão de curso.

Sendo assim, penso que os estudos que observam a atuação deste profissional, levando em conta o seu modo de perceber o mundo, possibilitam o aprofundamento do conhecimento das motivações de suas atividades. O jornalista não é um agente passivo, por isso se torna importante caracterizá-lo para, assim, melhor compreendê-lo. Esses trabalhos encontrados no estado de arte, trazem formas diferentes de pesquisar o mesmo fenômeno e se mostram alinhados aos objetivos de minha pesquisa. Em suas análises, eles apontam que, nos últimos anos, os veículos periféricos têm se consolidado dentro do ecossistema midiático brasileiro. Em consonância a isso, meu trabalho se insere nessa linha de pesquisa, dando continuidade aos esforços de compreender esses novos arranjos jornalísticos que emergem nas periferias.

Com isso, o trabalho buscou responder a seguinte questão: **qual a imagem que os veículos jornalísticos periféricos brasileiros atuais constroem de si a partir de um discurso autorreferente?** Para traçar o caminho que leva até as considerações finais dessa investigação, delimito como **objetivo geral identificar quais são as dimensões de sentido que caracterizam o *ethos* dos veículos periféricos no Brasil da atualidade**. Já os **objetivos específicos** são: a) Compreender como os conceitos de *ethos*-prévio e *ethos* discursivo colaboram para a identificação das práticas jornalísticas; b) entender o espaço que a imprensa alternativa ocupa dentro do campo jornalístico e c) analisar o discurso autorreferente de profissionais que representam institucionalmente os veículos selecionados para a pesquisa.

Depois desta introdução, no capítulo dois, apresento o conceito de *ethos*, que foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa. Antes disso, traçou um

panorama de como surgiram determinados valores que consolidaram o jornalismo como um campo de atuação profissional. Ou seja, apresento o *ethos*-prévio do jornalista. Na sequência, no capítulo três, abordo o papel da imprensa alternativa, entendendo-a como um fenômeno que aparece em diferentes momentos e contextos, ao longo da história do jornalismo. Utilizo como recorte temporal as experiências da imprensa que emergiu durante a ditadura militar no Brasil. Esse período foi escolhido para ilustrar os marcadores que estão presentes nas iniciativas de jornalismo alternativo, embora não sejam os únicos.

Já no capítulo quatro, me aproximo da contemporaneidade. Nele, mostro que a internet e as demais ferramentas digitais foram fundamentais para o surgimento de novos arranjos jornalísticos no século XXI. Iniciativas de jornalismo independente que carregam os elementos da imprensa alternativa, formando um novo ecossistema dentro do campo. Entre os grupos que formam esses arranjos estão os veículos que emergem nas periferias. Por fim, no capítulo cinco apresento a metodologia utilizada para chegar à resposta do problema de pesquisa. Com a Análise de Discurso (AD), investigo as falas de nove profissionais que atuam em veículos periféricos. O corpus discursivo foi composto por sequências discursivas identificadas em um evento online que reuniu iniciativas de jornalismo de diferentes regiões do país, permitindo que a pesquisa analisasse sujeitos em posições geograficamente diversas. Entendendo que o próprio jornalismo periférico – ou das quebradas – compõe uma Formação Discursiva, o estudo acabou por identificar quatro dimensões de sentido que delimitam a imagem de si desses projetos. As considerações finais dessa análise são apresentadas no capítulo de fechamento da pesquisa.

## 2. O que é ser um jornalista? O *ethos-prévio* da profissão

Este capítulo apresenta uma reflexão sobre a identidade do jornalista. Tendo como marcador o século XIX, que viu emergir as bases do jornalismo moderno, começamos refletindo sobre o surgimento de determinados princípios da profissão. São valores que tiveram papel fundamental na consolidação da área enquanto um campo de atuação profissional e que seguem presentes nas práticas jornalísticas até hoje, fazendo de seus agentes autoridades de suas atividades. Na sequência, exploramos aspectos ligados ao contrato de comunicação firmado entre o jornalista e seu público, que só é possível devido a existência de determinados marcadores que tornam viáveis a situação comunicacional (CHARAUDEAU, 2009). Por fim, ligamos essas reflexões com a noção de *ethos*, para assim introduzir o conceito e delimitar qual o *ethos-prévio* do jornalismo.

### 2.1 A formação dos valores

Chegar em uma resposta para a questão que mobiliza este capítulo é uma tarefa que demanda estudos para além de uma única pesquisa. Em se tratando de um campo heterogêneo, como aponta Sartor (2016), o jornalismo acumula variáveis históricas e sociais, modelos e tradições, além de diferentes suportes técnicos e demais marcadores que o tornam um objeto complexo. Apesar disso, a existência de um conjunto de características que são comuns às iniciativas e instituições que se pretendem jornalísticas permitem a elaboração de uma identidade própria da profissão.

Iniciativas de jornalismo aparecem em diferentes formatos ao longo da história. Mas, segundo Traquina (2012), foi somente a partir do século XIX que as práticas do campo passaram a se aproximar do que conhecemos nas sociedades contemporâneas. Antes disso, o autor aponta que os jornais tinham uma função que se assemelhava mais a uma arma utilizada para fins estritamente políticos.

Foi nesse século XIX que a imprensa emergiu e se consolidou como o primeiro *mass media*, um dispositivo tecnológico com capacidade de transmitir sua mensagem para um grande número de pessoas (TRAQUINA, 2012). Sendo um movimento que ocorreu em diferentes países, as redações expandiram suas

produções a partir do aumento das tiragens dos jornais e, assim, passaram a contar com maiores números de profissionais dedicados integralmente à prática. Dessa forma, o jornalismo se transformou em um negócio, com um também crescente número de proprietários que objetivavam impulsionar a circulação diária de informações para gerar lucro. Na medida em que essas empresas se consolidaram, adquiriram maior autonomia e poder econômico. Os subsídios vindos de partidos políticos, que eram os financiadores dominantes da imprensa no início daquele século, perdem protagonismo diante da independência financeira das redações. O rendimento das vendas somados a uma nova forma de financiamento, as receitas de publicidade, foi o que permitiu a despolitização dos veículos. E esse movimento de independência foi fundamental para a instalação de um novo paradigma da profissão.

O jornalismo produz informação e não propaganda. Foi assim que os profissionais da área passaram a trabalhar as notícias, como um olhar baseado em fatos e não somente em opiniões (TRAQUINA, 2012). Essa percepção de um novo paradigma também aparece quando examinamos a relação que os veículos mantinham entre si. De acordo com Bourdieu (1997), no mesmo período do século XIX, e a partir do fortalecimento da notícia como produto primordial das empresas de jornalismo, surge a oposição entre os jornais caracterizados por uma produção centrada em conteúdos sensacionalistas e outra que se ocupava em apresentar análises e informações baseadas na noção de objetividade.

Esse termo, que emerge como um dos definidores da profissão, é objeto de discussões que se estendem até os dias de hoje. É da noção de objetividade que vem a ideia que colabora para a construção de uma aura mística ao redor do campo jornalístico (MELO, 2006). A expressão ganha força a partir das experiências vindas do jornalismo inglês, que atribui à informação um caráter de neutralidade e imparcialidade. Desse modo, a percepção passa a ser a de que os jornalistas devem produzir as notícias sem interferência alguma. Seu dever é reproduzir os acontecimentos de forma fidedigna, com exatidão e precisão. “Reproduzir o real, por intermédio da lente de aumento da imprensa, significa ser fiel aos acontecimentos, permitir que eles ganhem repercussão pública exatamente como ocorrem” (MELO, 2006, p. 38). Aqui vale destacar que, para o autor, tal abordagem não exclui a possibilidade de o jornalista expressar seu ponto de vista a partir de julgamentos e



valorações pessoais, desde que isso ocorra em espaço apropriado no jornal<sup>1</sup>, caracterizado como opinativo. É dessa forma que firma-se uma postura de respeito ao leitor, delimitando fronteiras entre o relato objetivo e a narração subjetiva (MELO, 2006), ainda sem ênfase nas problematizações que viriam mais adiante.

E é também nesse contexto que surgem os valores que até os dias de hoje estão vinculados a uma identidade do jornalismo. Além das características já mencionadas (as notícias baseadas na realidade, independência dos jornais e de seus jornalistas e a objetividade), acrescenta-se a noção de serviço ao público. As teorias democráticas reservam ao campo do jornalismo uma função clara e específica. Cumpre à profissão fornecer para a sociedade informações qualificadas que garantam o direito de seus membros de serem livres e de se autogovernarem (TRAQUINA, 2012; Kovach e Rosenstiel, 2003). Essa visão projeta os jornalistas no papel de um servidor do interesse público. São como “cães de guarda que protegem os cidadãos contra os abusos do poder, no papel de ‘Quarto Poder’ que vigia os outros poderes, atuando do a quem doer, no papel mesmo de herói do sistema democrático” (TRAQUINA, 2013, P. 49).

Até aqui, observamos os processos que levaram à inserção de determinados valores ao campo do jornalismo — e que moldam a própria identidade do jornalismo moderno. É fato que, com os avanços tecnológicos, a concepção contemporânea do campo passa por modificações<sup>2</sup>. Mas o que buscamos foi pensar características que podem ser compreendidas como definidoras de um *ethos*-prévio da profissão que, em grande parte, ainda se mantém, mesmo que saibamos que a objetividade seja impossível na sua plenitude. No tópico a seguir, iremos aprofundar este conceito.

## 2.2 A formação de um *ethos*

As noções de independência, imparcialidade, objetividade, interesse público e busca da verdade estão ligadas tanto aos valores de mercado que moldaram o jornalismo contemporâneo, quanto a um olhar romântico que assenta a profissão em uma perspectiva de vocação, missão e responsabilidade social (LAGO, 2010).

---

<sup>1</sup> Na sua obra, Melo não deixa de mencionar as problematizações contemporâneas relacionadas à objetividade. Em Teorias do jornalismo (2006) ele chega a citar a visão de autores que entendem a objetividade como um objetivo inviável de se alcançar. Tal discussão é aprofundada no capítulo 4 desta pesquisa.

<sup>2</sup> Essa reflexão é aprofundada no capítulo 4.

Ainda nos baseando no estudo de Lago, temos aqui a formação de um *ethos* da profissão, que sendo compartilhado pelos membros do campo, se constitui como uma das sustentações da própria credibilidade — essa entendida como um dos valores de maior importância do jornalismo (BERGER, 1996; LISBOA E BENETTI, 2017). É na manutenção dessa confiança entre jornalista e leitor que se ancora o que Traquina (1993 *apud* LAGO, 2010) chama de acordo de cavalheiros, onde se deixa subentendido que os primeiros não irão ultrapassar os limites do real e da ficção em suas produções, entregando notícias como índices da realidade. Sobre o mesmo tema, Charaudeau (2009) nomeia como contrato de comunicação esse acordo em que o sujeito que escreve o texto se dirige, através de sua produção, a quem consome a notícia.

Benetti e Gadret (2017) afirmam que o jornalismo se enquadra em um gênero discursivo particular, que apresenta características que precisam ser conhecidas pelos interlocutores para que, no ato comunicativo, sua mensagem seja compreendida. São essas características que dão ao profissional uma aura de autoridade legitimada de seu campo de atuação.

Ao se iniciar um ato comunicacional, é necessário que ocorra uma troca linguageira eficaz. Isso quer dizer que os sujeitos envolvidos na situação devem compartilhar determinadas referências que permitam tal troca. No momento em que ocorre a interação, as condições e restrições de espaço, de tempo ou mesmo de palavras precisam estar claras para ambas as partes. É a partir de todos esses dados que a situação comunicacional se desenvolve (CHARAUDEAU, 2009). E essa lógica pode ser aplicada a diferentes processos de comunicação, como é o caso do jornalismo.

Então, se aproximarmos os valores do jornalismo já apresentados com essa noção de situação comunicativa mencionada, já percebemos a existência de um conjunto de elementos que acompanham os jornalistas, e que, teoricamente, são percebidos pelo seu público. Traquina (2013) fala sobre a existência de uma cultura profissional própria ao campo jornalístico, compartilhada entre seus membros. E essas referências compartilhadas são percebidas em marcadores como a maneira de agir, de falar e a própria maneira de ver o mundo.

Semelhante observação também é apresentada por Cavalcanti (2006), que aponta para o fato de que estar em um determinado discurso diz respeito a adotar até mesmo certo tom de voz e de comportamento, um *ethos* que esteja em

harmonia com determinado modo de ser. Em se tratando de um *ethos* discursivo, como é o caso aqui trabalhado, falamos de uma condição de identidade construída a partir do discurso dos jornalistas. Sobre isso, Charaudeau (2009) explica que essa identidade é composta pela relação de dois sujeitos, o enunciador e o destinatário. Ela, então, se define através das respostas para as perguntas “quem troca com quem?” ou “quem fala a quem?”

No contrato de comunicação, a identidade de quem fala é subordinada a uma bagagem de referências próprias. A primeira delas, descrevem Benetti e Gadret (2017), é a condição de finalidade. O sujeito do campo que anuncia determinada mensagem se enquadra em certas demandas relacionadas ao propósito do discurso, que aqui seriam as finalidades do jornalismo: “(...) seu papel social, suas funções, aquilo que constitui a expectativa a respeito de seus objetivos – são decisivas para moldar o discurso e para posicionar o sujeito que enuncia (seja o jornalista, seja o próprio veículo tomado como uma organização)” (BENETTI e GADRET, 2017, p. 62).

Em complemento aos valores da profissão anteriormente mencionados, as finalidades do jornalismo surgem como uma outra camada de compreensão do campo, sendo elas de caráter mais prático. Em seu estudo, a partir da Análise de Discurso (AD)<sup>3</sup> das falas de representantes de veículos, de jornalistas e leitores, Reginato (2016, p. 233) elencou 12 finalidades da área:

(...) o jornalismo deve servir para: a) informar de modo qualificado; b) investigar; c) verificar a veracidade das informações; d) interpretar e analisar a realidade; e) fazer a mediação entre os fatos e o leitor; f) selecionar o que é relevante; g) registrar a história e construir memória; h) ajudar a entender o mundo contemporâneo; i) integrar e mobilizar as pessoas; j) defender o cidadão; k) fiscalizar o poder e fortalecer a democracia; l) esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade.

Todos esses aspectos que vimos até aqui formam os sentidos definidores do jornalismo. Eles moldam o *ethos* prévio do campo. Ou seja, a imagem preexistente do locutor (BENETTI e GADRET, 2017). São esses alguns dos propósitos centrais que norteiam, que direcionam cada indivíduo que adentra o jornalismo com o objetivo de tornar-se um de seus agentes. Por outro lado, em diferentes níveis de

---

<sup>3</sup> O conceito é explicado no capítulo 5

abstração, também são estas as referências simbólicas que o público acessa para, a partir delas, se relacionar com o conteúdo jornalístico, com a notícia. Sendo assim, *ethos* prévio “nada mais é do que o conjunto de representações anteriores do coenunciador sobre o enunciador” (BENETTI e GADRET, 2017, p. 63). Mas essas definições não se tratam de formulações exclusivamente pensadas pelos integrantes do próprio campo ou que surgem como frutos de decisões fixadas apenas por figuras específicas. Isso não seria possível porque o *ethos* é uma noção discursiva — ela se constrói pelo discurso — além de se tratar de um processo que é constituído pela relação de influências de um sujeito sobre o outro (MAINGUENEAU, 2014). Sendo assim, cabe aqui fazer uma distinção. O *ethos prévio* trata-se de uma identidade construída histórica e socialmente. Ela é ligada ao campo ideológico e reúne os atributos esperados do orador. Já o *ethos* discursivo, é produzido pelo orador em cada ato comunicacional. E é este segundo que nos interessa para efeitos de análise da pesquisa. É dele que trataremos, mais adiante, quando iniciarmos a investigação sobre o *ethos* dos veículos periféricos<sup>4</sup>. Mas antes de prosseguir, é importante pontuarmos que ambas as noções (*ethos*-prévio e discursivo) possuem relações de conformidade entre si. Ou seja, o orador que produz um discurso autorreferencial parte de noções que previamente já são atribuídas a ele.

Antes de avançarmos, também vale apontar uma terceira instância do *ethos*, que Maingueneau (2014) denomina como *ethos* visado, e que Benetti e Gadret (2017) nomeiam como *ethos* efetivo. Esse trata-se de um nível onde não necessariamente as características identitárias pretendidas serão compreendidas. Ou seja, o *ethos* que o comunicador deseja transmitir pode não ser percebido pelo outro da situação comunicacional. “Um professor que queira passar uma imagem de sério pode ser percebido como monótono; um político que queira suscitar a imagem de um indivíduo aberto e simpático pode ser percebido como um demagogo” (MAINGUENEAU, 2014, p.16).

Então percebemos aqui que determinadas características identitárias do campo jornalístico se inserem na noção de um *ethos* prévio do profissional. Existe esse “acordo” com o público, que espera a imparcialidade, a objetividade, a verdade dos fatos, a notícia como uma amostra da realidade – mesmo que essas

---

<sup>4</sup> Essa discussão é aprofundada no capítulo 5

características possam ser problematizadas. E também os próprios profissionais fazem uso desses conceitos e valores, alinhados às finalidades sociais de suas práticas, como forma de legitimar a autoridade como um agente legítimo de seu campo de atuação.

Para chegarmos ao objetivo desta pesquisa, ainda iremos aprofundar algumas reflexões sobre esses valores tidos como base do jornalismo e que formam seu *ethos* prévio. Porém, considerando que este estudo se propõe a olhar para um jornalismo que não é aquele produzido pela imprensa tradicional, entendemos que é importante também dar atenção a outras experiências do campo. É isso que faremos no capítulo a seguir.

### **3. Luta e resistência: caminhos da imprensa alternativa**

O foco deste capítulo é discutir sobre o conceito de jornalismo alternativo. Para isso, optamos por utilizar, como início do recorte temporal da discussão, as experiências da imprensa que emergiram durante a ditadura militar no Brasil. Assim, para se traçar uma construção narrativa que melhor introduza esta pesquisa, optamos por apresentar esse contexto histórico-político-social que possibilitou o surgimento de algumas iniciativas jornalísticas no país nesse período. Porém, antes será brevemente desenvolvida uma reflexão sobre o conceito de “jornalismo alternativo”, para que não fique de fora a visão de autores que entendem que esse fenômeno não é definido apenas por uma época específica da história.

#### **3.1. Reflexões sobre o conceito**

Ao investigar o jornalismo alternativo e popular no Brasil, percebe-se a existência de uma tradição de veículos que carregavam, ou que ainda carregam, a proposta comum de resistência ou antagonismo à imprensa tradicional, além de possuírem marcadores de oposição a governos e costumes vigentes em determinadas épocas. Comentando sobre a consolidação da comunicação de resistência durante a ditadura militar, Regina Festa (1986) diz que, sendo a imprensa alternativa um termo de domínio comum da sociedade, ele identifica um tipo de prática jornalística de caráter cultural e político que emite “uma corajosa condenação ao regime político” (FESTA, 1986, p. 16). Ou seja, a autora fala de grupos que defendem seus interesses ao assumirem a postura de contestação às imposições de poderes que tentam controlar e reduzir as liberdades e os direitos da população.

Diferente da mídia tradicional, que segue a lógica mercadológica,<sup>5</sup> o jornalismo alternativo traz como uma de suas marcas seguir princípios ideológicos em busca de mudanças sociais e culturais. Em se tratando da experiência brasileira durante os anos de chumbo, inúmeras investigações já buscaram definir o alternativo da época de diferentes formas, indo desde uma postura que entende o termo como uma nomenclatura de definição exclusiva para esses projetos de oposição ao regime ditatorial até o entendimento de que se tratavam de meios de comunicação que representavam as minorias (CAPARELLI, 1988). O comum entre essas investigações é a delimitação do fenômeno alternativo a um movimento específico. Mas para Sérgio Caparelli, que não necessariamente nega essas linhas de pensamento, partir do entendimento de que esta é uma discussão não exclusiva ao Brasil pode colaborar para uma compreensão mais ampla da imprensa alternativa.

Ao observar outras regiões do globo, incluindo países do próprio Cone Sul, encontra-se também debates sobre o papel e os limites dessas práticas jornalísticas, apesar de suas variações regionais. E as similaridades dessas iniciativas não são encontradas apenas em épocas correlatas, mas também em períodos históricos distintos. Caparelli (1988) aponta que até a Revolução Francesa, por exemplo, circulavam na França jornais clandestinos que combatiam a realeza e defendiam a implementação de uma nova sociedade. Esses veículos resistiam à censura, que apenas liberava publicações ligadas à ideologia da coroa. Já na Revolução Russa, jornais czaristas buscavam unir os trabalhadores do campo e da cidade no objetivo comum de, também, construir uma sociedade nova e mais justa.

Portanto, um apontamento a se fazer sobre esse conceito é sua característica de contestação a ideias, costumes e regimes de diferentes épocas, lugares e culturas, sendo insuficiente delimitá-lo como categorizador de um fenômeno exclusivo a um tempo. Caparelli (1988) apresenta como um marcador

---

<sup>5</sup>Ao estudar as teorias do jornalismo, José Marques de Melo (2006) afirma que nas últimas décadas do século XIX a imprensa chega no que ele entende como o seu "clímax do mercantilismo". Ao chegar em um patamar onde os veículos possuíam tiragens altas, conseguem fazer dos jornais produtos de consumo popular diário. Assim, o jornalismo não mais é percebido pelas empresas apenas como um serviço público, mas um negócio altamente lucrativo. Tal análise dialoga com o que diz Cremilda Medina (1978), ao apontar que o jornalismo é um dos produtos de consumo da indústria cultural, e que por isso acaba atuando na lógica industrial de oferta e demanda. Vale destacar que esse cenário analisado pelos autores refere-se a uma visão histórica da profissão. Em estudos mais recentes, e observando-se a realidade das empresas de jornalismo, é possível verificar que a área já não conta com a mesma lucratividade.

importante para o surgimento das iniciativas de imprensa alternativa a ligação de um cenário de opressão — seja ela política, cultural ou social — com um momento de articulação entre jornalistas e intelectuais, que se unem em resposta a essas ações opressivas. Assim, quando comenta sobre experiências que emergiram na América Latina em períodos ditatoriais, por exemplo, o autor menciona a existência de uma conjuntura histórica e política que favoreceu o surgimento dessas publicações.

O pesquisador Leopoldo Pedro Neto (2020) afirma que a categoria “imprensa alternativa” fornece uma contextualização fundamental para se compreender como um grupo ou indivíduo dentro da área do jornalismo se organiza para contestar uma ordem dominante em determinada sociedade. Portanto, é importante entender que, a cada momento histórico, cultural e social, o jornalismo alternativo vai se organizar e ter características próprias de acordo com aquilo que julga ser necessário de ser combatido naquele momento.

Dentro do rico panorama da imprensa alternativa, portanto, há matizes variadas de interesses, de agentes, assim como disputas internas. A categoria de imprensa alternativa, nesse sentido, necessita ser utilizada sob um viés relacional para evitar uma dicotomização entre resistência-opressão e imprensa alternativa-imprensa convencional que pouco contribui para uma compreensão mais ampla da complexidade que o tema exige (NETO, 2020, p. 94).

Se optarmos por analisar a palavra “alternativo” em sua utilização como adjetivo, o termo recebe o significado de algo que oferece uma possibilidade de escolha dentre opções. Assim sendo, a palavra por si só já aponta para uma das principais características do conceito: “um modelo de imprensa que possibilita outro modo de fazer e de pensar o jornalismo, uma outra opção para um padrão convencional” (NETO, 2020, p. 95).

Outra amostra do amplo caráter da expressão é o fato de ela ter nascido na Europa, após o movimento dos estudantes franceses de maio de 1968 (CAPARELLI, 1988), mas ter se disseminado por vários países. Aproximando-se do cenário nacional, no Brasil o termo só foi utilizado pela primeira vez nove anos depois de seu surgimento para descrever a imprensa que emergiu durante a ditadura. Foi em abril de 1976 que o jornalista Alberto Dines adotou, em sua coluna na Folha de S.Paulo, a expressão *imprensa alternativa* (KUCINSKI, 2018).



Examinando o desenvolvimento do jornalismo no contexto nacional, no entanto, o fenômeno pode ser percebido em diferentes períodos da história. Bernardo Kucinski (2018) assinala a existência de elementos alternativos em movimentos da historiografia brasileira bem anteriores ao período da ditadura militar, como nos pasquins de postura irreverente que proliferaram durante o período da regência, ou mesmo nos jornais anarquistas de operários, que entre os anos de 1880 a 1920 chegaram a cerca de quatrocentos títulos. A imprensa alternativa dos anos de 1970 pode ser vista, no seu conjunto, como sucessora da imprensa panfletária dos pasquins e da imprensa anarquista, na função social de criação de um espaço público reflexivo, contra-hegemônico (KUCINSKI, 2018, p. 19).

A relação entre esses três momentos vividos pelo jornalismo brasileiro na história do país passa justamente pela necessidade de contestação ora ao governo vigente ora aos costumes da época. Eram jornais que traziam críticas ao Estado e que “eram dirigidos à sociedade civil assim como às classes subalternas” (NETO, 2020, p. 96).

Até o momento, refletimos sobre a noção de imprensa alternativa no sentido de compreendê-la como um conceito que não se fecha em um único movimento da história. Mas não há como ignorar o fato de que, no Brasil, houve sim uma época em que as iniciativas jornalísticas marcadas pelos elementos alternativos proliferaram de tal forma que o termo passou a ser entendido quase como um sinônimo do jornalismo realizado no período. Foram justamente os jornais que surgiram durante o regime ditatorial, como veremos no próximo tópico.

### **3.2. Do humor à política: um jornalismo crítico e combativo**

É no contexto de repressão, censura, perseguições, torturas e mortes causadas pelos militares após o golpe de 1964 que os jornais alternativos ganharam fôlego e, ao longo de todo o regime, multiplicaram-se pelo país (AGUIAR, 2008). Em sua maioria, esses jornais tinham pouca duração, mas quando um deles encerrava, novas experiências surgiam a partir das anteriores. Regina Festa (1986) analisa o movimento da imprensa alternativa na época da ditadura militar no Brasil a partir da

promulgação do Ato Institucional n. 5 (AI-5)<sup>6</sup> seguindo até a anistia<sup>7</sup>. A autora fala de uma comunicação de resistência que tem como marcos os anos de 1968 a 1979 – quando ocorreram justamente esses dois fatos importantes na história do país.

Já Bernardo Kucinski (2018) entende que a imprensa alternativa da época pode ser analisada a partir do imaginário de seus protagonistas. O pesquisador aponta a existência de sete fases da imprensa alternativa nesse período, cada uma delas marcada por motivações e articulações realizadas por seus idealizadores em cada momento específico. Para o autor, o imaginário dos jornalistas que criaram essas publicações alternativas ia se modificando conforme “surgiam novas propostas estéticas e operacionais” (KUCINSKI, 2018, p. 31)<sup>8</sup>. Nesta pesquisa, mais do que traçar uma linha do tempo para tratar de cada um desses veículos, interessa compreender o cenário político que os originou, por suas características, diferentes perspectivas de atuação e estratégias de oposição ao regime.

Em seu estudo, Kucinski (2018) identificou cerca de 150 jornais alternativos que, entre os anos de 1964 e 1980, se articularam em resistência à ditadura militar. Desses, um a cada dois não completaram um ano de existência. No campo simbólico, em se tratando da imprensa, o golpe completou um ciclo que teve início antes mesmo de 1964. Desde os anos de 1950 os jornais e revistas ligados à esquerda vinham sendo fechados por um já iniciado processo de criminalização das instituições e partidos ligados à essa ideologia. Além disso, medidas econômicas implementadas pelo governo dificultavam a manutenção da saúde financeira dos pequenos veículos (KUCINSKI, 2018). Os jornais convencionais, muitos deles apoiadores do golpe, viviam um período de concentração de capital, beneficiados por políticas que, no mesmo momento em que os favoreciam, enfraquecia a imprensa ligada ao campo popular.

---

<sup>6</sup> Torres (2018) explica que o AI-5 é considerado o mais repressivo dos atos no campo jurídico brasileiro. A partir de sua promulgação, em 1968, o regime passou a ter uma postura autoritária ainda mais escancarada. Com a justificativa de combater a subversão e ideologias contrárias ao que era defendido pelos militares, o ato centralizou ainda mais poderes ao Presidente da República, como a capacidade de fechar o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais. No jornalismo, profissionais foram presos e os meios de comunicação tiveram que conviver com censores dentro das redações.

<sup>7</sup> De acordo com Bernardes (2019), após anos de lutas e pressões populares, no Brasil e no exterior, a Lei da Anistia foi sancionada em 1979. A partir dela, houve o retorno dos exilados que foram acusados de crimes políticos no período do regime militar. A lei também concedeu anistia para as pessoas que sofreram restrições em seus direitos políticos a partir dos Atos Institucionais. Por outro lado, tal lei também foi utilizada para perdoar os crimes realizados por membros das forças armadas durante o regime militar.

<sup>8</sup> A discussão sobre esse período da história é aprofundada nas respectivas obras dos autores.

Sobre este ponto, ao fazer um resgate histórico do período pré-golpe de 1964, Sodré (1966) explica que, em 1955, no VI Congresso Nacional de Jornalismo, o controle da imprensa esteve em debate. Dentre seus aspectos, um ponto central da discussão foi o encarecimento do papel, matéria prima dos jornais. Na ocasião, o jornalista e militante Orlando Bonfim Júnior<sup>9</sup> apresentou um estudo intitulado “A liberdade de imprensa e a política econômica e financeira do Governo”. O documento mostrava que o acesso ao papel havia se tornado um condicionante à liberdade de imprensa. Isso porque ocorria a elevação dos preços do produto, tornando-o inacessível aos veículos mais pobres de recursos.

Com pouco dinheiro para adquirir seu principal insumo, “inúmeros jornais haviam desaparecido; outros haviam comprimido as despesas, reduzindo o número de páginas e dispensando empregados e colaboradores; terceiros continuaram a circular, mas com enormes dificuldades” (SODRÉ, 1966, p. 471). E o quadro, que já era crítico para esses periódicos, se agravou após a política de estabilização monetária do ministro da Fazenda Lucas Lopes, implementada em 1961. Sua ação fez multiplicar os preços do papel, favorecendo a concentração de força nas empresas de comunicação da mídia tradicional.

A partir de 1964, no momento em que o golpe foi concretizado, a censura se instalou até mesmo nas redações dos jornais tradicionais e de grande circulação. Neste momento, a linha dura da ditadura não havia começado<sup>10</sup>, mas os dirigentes desses veículos da mídia corporativa já apoiavam ou mesmo justificavam as ações de perseguições, cassações de mandatos e violação de direitos promovidas pelo regime — quando não as promoviam abertamente (AGUIAR, 2008).

Nesse cenário, os jornalistas e intelectuais críticos ao governo encontravam cada vez menos espaço para expressar opiniões contrárias à ditadura. Ou seja, havia um vazio no campo jornalístico. Assim, muitos desses profissionais, inconformados com a limitação de liberdade, se tornaram lideranças do movimento que levou ao surgimento do fenômeno que se consagrou como imprensa alternativa no Brasil.

---

<sup>9</sup> Sobre este personagem, dez anos após o Congresso, em 1975, ele foi preso, torturado, e morto; até hoje a localização de seus restos mortais permanece desconhecida. Informação disponível em <http://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/orlando-da-silva-rosa-bonfim-junior/>. Acesso em: 01/01/23.

<sup>10</sup> Foi com a promulgação do AI-5, em dezembro de 1968, que se oficializou a censura prévia. A partir de então, “o regime passou a exercer de forma mais direta a atividade censória sobre a imprensa e a mídia” (AGUIAR, 2008, p. 161).

Aqui vale um apontamento importante: não que fossem inexistentes os espaços para o pensamento crítico na grande mídia. Eles existiam, mas passavam por um crescente cerceamento das opiniões de seus jornalistas e das produções que traziam denúncias ou quaisquer conteúdos contrários ao regime. Um exemplo que vale ser mencionado é o da revista *Realidade*, projeto jornalístico da Editora Abril que nasceu em 1966, nos primeiros anos de ditadura. Inovadora, era dirigida por Paulo Patarra e tinha como pilares de suas reportagens as pautas sociais e a discussão crítica da moral e dos costumes. Foi sua equipe que fortaleceu no Brasil um olhar para os valores literários no jornalismo — inspirado no *new journalism*, movimento estético dos jornalistas norte-americanos — destacando a relação do repórter com as realidades que tentavam representar (KUCINSKI, 2018).

Mesmo atuando na imprensa tradicional, muitos dos repórteres da revista eram ligados a partidos e movimentos de esquerda. Com esse grupo, a redação de *Realidade* se organizou em uma lógica próxima a dos jornais alternativos. Não à toa, dela saíram profissionais que foram responsáveis por alguns dos jornais de maior destaque dentro da imprensa alternativa posteriormente. Mesmo assim, *Realidade*, que durou dez anos, teve seu ápice somente nos seus três primeiros anos de existência. “Após dezembro de 1968, com a edição do Ato Institucional nº 5 e com a vigência da censura nos meios de comunicação, a revista sofre limitações descaracterizadoras” (FARO, 1999, p. 20).

Bernardo Kucinski no livro *Jornalistas e Revolucionários* (2018), propõe a existência de um grupo da imprensa alternativa cuja produção era centrada em raízes puramente políticas e outro baseado em pensamentos existencialistas e de caráter contracultural. Apesar das divergências em suas abordagens, esses veículos produzidos durante a ditadura possuíam marcadores comuns. Em seus estudos, Neto (2020) elaborou um comparativo entre a Imprensa convencional e a Alternativa. Dentre algumas das diferenças por ele apontadas estão, respectivamente: a) complacência com o estado x busca por restaurar a democracia; b) empresas capitalistas ligadas a princípios liberais x organizações de propriedade coletiva com representantes de diferentes grupos sociais; c) falsa imparcialidade x jornalismo engajado<sup>11</sup>. Sua categorização ajuda a visualizar os marcadores que mobilizaram os protagonistas do movimento alternativo a criarem

---

<sup>11</sup> Em Neto (2018) é possível encontrar o aprofundamento dessa comparação.

suas iniciativas, independente de serem por causa política ou existencialista. A análise do autor está alinhada às palavras que Kucinski usa para resumir o ciclo alternativo:

(...) o radical de *alternativa* contém quatro dos significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam (KUCINSKI, 2018, p. 12).

A divisão da imprensa alternativa proposta por Kucinski (2018) ajuda a pensar sobre as principais características que deram forma a esse modo combativo de fazer jornalismo. Além disso, independentemente do período exato de existência de cada uma dessas 150 publicações citadas pelo autor e da motivação, foi o conjunto de vários personagens e projetos que construiu o fenômeno alternativo no jornalismo brasileiro. É sobre algumas dessas experiências significativas que trataremos a seguir.

### **3.2.1. Diferentes estratégias para um mesmo objetivo**

Os jornalistas da revista *Realidade*, recém citada, foram fundamentais para dar impulso à criação da imprensa alternativa motivada por questões políticas. Entre os vários nomes que passaram pela sua redação, estava Raimundo Pereira. Com grande capacidade de liderança e persuasão, ele se mostrou um personagem fundamental para o surgimento de diversas publicações ligadas à linha política (KUCINSKI, 2018). Antes de ingressar na revista, ele foi diretor do *Amanhã*, jornal que teve papel fundamental no processo de radicalização da esquerda contra a ditadura. Produzido por estudantes e ativistas políticos, o alternativo possuía uma linguagem de fácil compreensão e era dirigido à classe operária que estava desarticulada pela repressão do regime. Em suas páginas, tratava de temas como cultura, esporte e ciência. Mas as ações políticas ganharam destaque na publicação, já que o objetivo era colaborar para a construção de uma revolução socialista. Para atingir seu público-alvo, o jornal era distribuído em bancas selecionadas e nas portas do Sindicato dos Metalúrgicos (KUCINSKI, 2018).

Clandestina, a redação tinha estrutura precária e funcionava em um velho casarão do Teatro dos Universitários de São Paulo, com sua localização conhecida

apenas pelos colaboradores mais próximos. Seu fim se deu quando o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops-SP) conseguiu impedir a impressão da sexta edição. Após o ocorrido, a direção do teatro pediu para que o jornal encerrasse suas atividades no local. Para Kucinski (2018), a ação da polícia apenas precipitou um fim que era inevitável, já que o jornal vivia conflitos causados por grupos internos que divergiam sobre as estratégias para se chegar à "revolução brasileira". Apesar de sua curta duração – criado em 1967, o jornal não completou um ano de existência –, o *Amanhã* foi o primeiro de sua linhagem, consolidando as características que seriam seguidas pelos outros veículos políticos (NETO, 2020).

Depois desses acontecimentos, o convite para Raimundo participar da *Realidade* veio de Paulo Patarra. Foi na revista que ele aproximou-se dos jornalistas que integravam o grupo Ação Popular (AP), e assim se aliou à organização. Em 1968, a AP ordenou que seus membros caíssem na clandestinidade. Seguindo a recomendação, os jornalistas ligados a ela deixaram o veículo e acompanharam Raimundo em outros projetos. Da união de profissionais que atuaram em *Realidade* e no *Amanhã*, nasceram oito jornais de caráter político-ideológico: “*Opinião* (1972), *Movimento* (1975), *Assunto* (1976), um novo *Amanhã* (1977), *Em Tempo* (1977), *Bloco* (1979), além dos tardios *Brasil Extra* (1984) e *Retrato do Brasil* (1987)” (KUCINSKI, 2018, .p. 35).

O outro subgrupo da imprensa alternativa que emergiu durante período ditatorial – ligado a um comportamento existencialista – foi Inspirado na contracultura norte-americana. Os protagonistas dessa linha de produção jornalística se engajaram na crítica aos costumes, ao autoritarismo no campo dos hábitos e criticavam o "moralismo hipócrita da classe média" (NETO, 2022, p. 128). Tinham como referência os pensamentos do filósofo francês Jean Paul-Sartre, além do orientalismo e do anarquismo. E o humor com frequência assumia protagonismo em suas produções, quando não era o único formato de conteúdo.

O elemento em comum entre esses e os alternativos políticos era o engajamento na oposição à ditadura. Eles criticavam a ortodoxia das esquerdas, mas pelo viés existencialista se mantinham em sintonia com a ideologia — mesmo que em suas produções a ideologia de esquerda não fosse explícita. Esse grupo foi responsável por trazer ao Brasil os debates ligados às temáticas da contracultura, que já cresciam em outros países. Para alcançarem diferentes percepções da realidade, alguns de seus participantes experimentavam as mais variadas drogas

lícitas e ilícitas. Essa busca por liberdade através das substâncias contrastava com a completa supressão de liberdade imposta pelo regime. O paradoxo era que havia uma forte repressão política, porém quase nenhuma às drogas (KUCINSKI, 2018). Nesse cenário, o consumo de LSD tornou-se uma marca da subcultura entre intelectuais e estudantes que não tinham ligações com partidos.

Dessa classe de jornais, *O Pasquim* emergiu como um de seus grandes representantes. Idealizado nos bares do Rio de Janeiro, o jornal foi fundado em 1969 por Jaguar, Tarso de Castro, Sérgio Cabral, Claudius, Carlos Prospero e Luiz Carlos Maciel (BRAGA, 1991). Pautados sempre por ideias contrárias ao conservadorismo, tinham como alvos constantes de suas publicações a ditadura, a classe média e a imprensa tradicional. Administrado por um grupo de amigos, o jornal possuía autonomia para a escolha de seus conteúdos. Tendo um time qualificado de humoristas e jornalistas, além das frequentes colaborações de artistas, o veículo atingiu números que fugiam ao padrão de vendagem da cena alternativa. Em sua primeira edição, ele foi para as bancas com 20 mil exemplares, em junho de 1969. Quando chegou no número 27, bateu a marca de 200 mil exemplares em circulação.

Devido ao seu sucesso, além da boa vendagem, o jornal possuía contratos publicitários contínuos que garantiam sua existência. Porém, sem dar atenção às regras de administração, o grupo não conseguia controlar suas despesas e receitas — esse, inclusive, é mais um dos problemas comuns às iniciativas alternativas que surgiram e encerraram seu funcionamento durante a ditadura. Somado a isso, brigas internas e o acirramento da perseguição por parte do regime deixava *O Pasquim* em uma situação ainda mais delicada (BRAGA, 1991; KUCINSKI, 2018).

Em primeiro de novembro de 1970, parte da redação do jornal foi detida pela polícia. Porém, antes de serem encarcerados, eles já haviam encaminhado para a gráfica a próxima edição do periódico. Nela, a de número 72, um cartum trazia a reprodução do quadro *O Grito do Ipiranga*, de Pedro Américo. Na representação de Dom Pedro, Ziraldo acrescentou um balão que dizia “Eu quero mocotó”. Os generais entenderam a provocação como uma ofensa a um símbolo da pátria. E assim, a prisão que inicialmente seria de duas semanas, foi estendida para dois meses. Braga (1991) explica que a prisão dos jornalistas já estava programada antes de a polícia ter acesso ao cartum. Com isso, o autor entende que havia o interesse em isolar os membros d’*O Pasquim* como uma forma de acabar com o próprio jornal:

“(…) dois meses sem a maior parte da equipe seria suficiente para que o jornal fosse interrompido. E teria depois muitas dificuldades para recuperar seus leitores e anunciantes” (BRAGA, 1991, 37).

Desde a sua criação, outros nomes foram integrando o jornal com o tempo. E foi principalmente dois desses novos colaboradores que, com a prisão de seus companheiros, assumiram a responsabilidade pelo jornal. Millôr Fernandes, para evitar o interrompimento do periódico, organizou o número 73. Já nas edições seguintes, Martha Alencar, Fausto Wolf, Ruy Castro, Henfil, Miguel Paiva e outros artistas e intelectuais se envolveram com o veículo. “Naquele Natal de 1970, *O Pasquim* virou um símbolo de resistência, instrumento de intervenção de uma sociedade não totalmente adormecida” (BUCINSKY, 2018, p. 219).

Ao tratar da perseguição que sofriam de forma velada, em suas páginas escreveram sobre um “surto de gripe que numa verdadeira reação em cadeia assolou a equipe do jornal”. A mensagem foi entendida pelos leitores. Após serem libertos da prisão, perceberam que até então mantinham certa ingenuidade em relação ao cenário que viviam. Quando voltaram para a redação, com eles chegou também um censor. A função dessa pessoa era fiscalizar o trabalho dos jornalistas e impedir que eles publicassem quaisquer conteúdos que desagradassem ao governo (BRAGA, 1991), o que ocorreu com diversas publicações no período da ditadura. General Juarez Paz Pinto foi o designado para a tarefa n’*O Pasquim*, mas permaneceu na redação por apenas três meses.

Outro efeito da prisão foi a queda abrupta nas vendas. Foram de 160 mil para 60 mil exemplares. Nesse período, as brigas internas se acirraram, pois o grupo entendeu que o caos administrativo que enfrentavam era em razão da falta de organização de Tarso de Castro. O jornal conseguiu arrecadar quantias significativas, mas nunca havia dinheiro em caixa quando necessitavam. Assim a relação da equipe com Tarso foi se desgastando até ele deixar o jornal. Com o tempo, o jornal recuperou-se — contando com a importante ajuda financeira do empresário Fernando Gasparian, que financiou as dívidas do grupo — e em 1972 Millôr assumiu a administração de *O Pasquim* (BRAGA, 1991).

Das experiências que emergiram durante o regime militar, *O Pasquim* foi uma das mais bem sucedidas iniciativas, por sua duração e capacidade de reorganização. Em 1978, quando iniciou a campanha pela anistia, já havia encerrado a censura prévia contra o grupo. O regime chegava em seus últimos anos



e, nesse momento, a grande imprensa, que outrora apoiava os militares, passou a erguer as bandeiras de valores democráticos defendidas pela imprensa alternativa. Tecnicamente mais robustas e com maior capacidade econômica, as empresas proprietárias dos veículos tradicionais passaram a ocupar aos poucos o espaço que jornais como *O Pasquim* atuavam. Kucinski explica que, assim, lentamente eles foram definhando: “(...) as tiragens foram caindo para 75 mil no ano seguinte, 66 mil em 1980 e apenas cerca de 44 mil em 1982, e com enalhes crescentes, de mais da metade da tiragem” (KUCINSKI, 2180, 226).

Outro movimento que direcionou *O Pasquim* para seu fechamento deu-se quando, em uma tentativa de reerguer o jornal, Ziraldo e Jaguar o levaram para uma disputa político-partidária, algo contrário às suas raízes anarquistas. Alinhado com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Ziraldo propôs que colocassem o periódico à serviço da candidatura de Miro Teixeira, nas eleições de 1982, na busca por ampliar a força do partido. “Essa proposta já demonstrava um reconhecimento de que *O Pasquim* havia falido” (Kucinski, 2018, p. 277). Após o ocorrido, Jaguar passou a administrar o jornal, dando continuidade às publicações até 1991, ano em que lançou a última edição. A vertente existencialista e o estilo do jornal foram influências diretas para o surgimento de diversos outros alternativos de contracultura no país. Alguns deles foram *Flor do Mal* (1970); *Presença* (1971); *Verbo Encantado* (1971); *Pingente* (1977), e o gaúcho *Pato Macho* (1971), de Luis Fernando Verissimo e Juarez Fonseca.

Para além das motivações que os guiavam em suas práticas, os jornais mencionados acima também tiveram como marcas de semelhança alguns dos motivos que culminaram em seus encerramentos. Em sua pesquisa, Kucinski (2018) analisa que componentes básicos desses veículos como repúdio ao lucro e, em alguns casos, até certo desprezo por questões como administração, organização e comercialização, foram também fatores que pesaram para a falência dos mesmos. Então, a evidente perseguição do governo, somada aos conflitos internos, incapacidade para formar bases de leitores e o baixo orçamento, “(...) tudo isso contribuiu para fazer da imprensa alternativa não uma formação permanente, mas uma coisa provisória, frágil e vulnerável não só aos ataques de fora, como às suas próprias contradições” (KUCINSKI, 2018, p. 23).

Mesmo que não tenham resistido ao tempo, os jornais que proliferaram ao longo da ditadura militar foram os responsáveis por proporcionar um espaço para

que diferentes setores da sociedade se expressassem, organizassem suas lutas, denunciarem abusos e violências e defenderem suas visões de mundo (NETO, 2020). Esses elementos da imprensa alternativa foram tão marcados na história da imprensa do país que serviram de legado para tantas outras iniciativas de jornalismo que surgiram após o fim do obscuro regime ditatorial.

#### **4. Periferia é o centro: situando o jornalismo das quebradas**

O conceito de jornalismo periférico, central para a pesquisa, será introduzido e explicado neste capítulo. Para isso, primeiro falaremos de algumas mudanças que a imprensa alternativa passou no século XXI, com veículos inseridos em um cenário que é diferente daqueles apresentados no capítulo três. Mostraremos que a internet e as ferramentas a ela ligadas foram fundamentais para o surgimento de projetos que, nas últimas décadas, têm sido chamados de novos arranjos econômicos alternativos para a produção jornalística. Assim, delimitaremos as iniciativas que emergem nas periferias como uma das categorias dentro desse grupo.

##### **4.1 Emerge uma nova imprensa alternativa**

Por sua função social, o jornalismo é uma instituição que está conectada com os movimentos de seu tempo. Sendo assim, suas práticas também acompanham as mudanças que impactam a sociedade. Ao analisar as manifestações de comunicação alternativas e independentes que têm surgido e se consolidado no Brasil do século XXI, percebe-se a existência de iniciativas que diferem daquelas experiências constituídas nas décadas passadas (PERUZZO, 2009).

Após o período ditatorial, a imprensa alternativa serviu como um canal de informação e organização de diferentes grupos como os movimentos sociais e associações de moradores. E, nesse ponto, Peruzzo (2009) define que é a comunicação popular que surge como uma forma alternativa de se fazer jornalismo, com suas origens ligadas aos movimentos populares dos anos de 1970 e 1980. Trata-se de uma imprensa cuja característica principal é o fato de ser resultante de processos de comunicação que emergem das ações de grupos populares, que passam a desenvolver seus próprios canais de comunicação.

A comunicação popular foi também denominada de alternativa, participativa, participatória, horizontal, comunitária, dialógica e radical, dependendo do lugar social, do tipo de prática em questão e da percepção dos estudiosos. Porém, o sentido político é o mesmo, ou seja, o fato de tratar-se de uma forma de expressão de segmentos empobrecidos da população, mas em processo de mobilização visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social. (PERUZZO, 2009, p. 47).

Mesmo distante no tempo das experiências de jornalismo que surgiram nos anos em que vigorava a dominação militar no país, essa imprensa contemporânea mantém os elementos alternativos do passado que a levam para um lugar de mobilização social. Apresenta-se como uma expressão das lutas populares por melhores condições de vida e adota uma postura crítica em relação aos problemas que afetam a população, permite que as pessoas se tornem protagonistas de suas práticas e representam um espaço de participação democrática dentro de suas regiões. Assim, essas iniciativas de jornalismo aparecem como ferramentas políticas da população para expressarem suas visões de mundo e exercerem uma postura de engajamento “na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa” (PERUZZO, 2009, p. 49).

Outra marca que essas iniciativas preservam é a postura de resistência à ordem vigente. Para Carvalho e Bronosky (2017), a imprensa alternativa contemporânea herda aquelas ideias que buscam difundir outros olhares para o mundo que são omitidos pela mídia tradicional. Por se proporem jornalísticos, são veículos que fazem uso das ferramentas e princípios intrínsecos da profissão<sup>12</sup>, e que também estão presentes nas empresas tradicionais de comunicação, mas assumem marcadores próprios.

Sendo assim, a imprensa alternativa contemporânea configura-se como uma atividade profissional, que adota procedimentos profissionais, mas ocupa um lugar próprio no campo. Essas iniciativas não têm caráter comercial, ou seja, não baseiam suas práticas a partir da busca por lucros. Elas também pautam suas coberturas e apurações em temas e narrativas guiadas por perspectivas que não costumam aparecer na mídia convencional. Com tal postura, essa imprensa apresenta os acontecimentos para a sociedade com outras significações, de um modo que pode, inclusive, colaborar para a formação de novos “aspectos éticos para a profissão a partir da adoção de outras maneiras de se fazer jornalismo” (CARVALHO, BRONOSKY, 2017, p. 32). Assim, essas iniciativas de jornalismo também se diferenciam de práticas meramente ativistas, militantes e amadoras, pois compreendem o princípio básico da profissão de construir notícias e reportagens que tenham como objetivo o interesse público.

---

<sup>12</sup> A discussão sobre esses princípios da profissão, seu *ethos*-prévio, foi apresentada no capítulo 2.

Percebe-se, então, que, independente do tempo histórico, o campo do jornalismo é marcado por movimentos criados por parcelas da sociedade que buscam formas de resistir às opressões de suas épocas, bem como às abordagens preconceituosas e estigmatizadas que aparecem nas coberturas da mídia tradicional (LOBATO, 2019). Se antes a imprensa alternativa assumia uma postura de oposição à perseguição, à censura e aos demais abusos do regime militar, hoje traz para suas práticas temas como a violência policial, o genocídio da população negra e indígena, o feminicídio, dentre outras pautas que marcam a contemporaneidade. Soma-se a esse cenário um fator determinante para que a imprensa alternativa da atualidade assumisse características próprias. Trata-se do ambiente digital, que emerge como um espaço que possibilita novas oportunidades para as iniciativas alternativas e populares de comunicação.

#### **4.1.1. O campo alternativo reconfigura-se em novos arranjos**

Uma das possibilidades que a internet traz para o jornalismo é a criação de novos veículos. Não limitados apenas aos tradicionais meios impressos, televisivos e radiofônicos, os jornalistas encontram no digital uma janela de oportunidades para experimentarem outras formas de produção de conteúdos independentes e ligados aos seus valores — podendo, assim, se desvencilhar das limitações editoriais impostas pelas coberturas dos veículos tradicionais. Também, a alta competitividade nas redações, que têm fechado postos de trabalhos e reduzido suas equipes, leva profissionais a buscarem outras opções de atuação. E o desejo de tratar a notícia de modo diferente ao que é feito nas empresas de comunicação soma-se a essas motivações (SILVA, 2019).

Roseli Figaro (2021) tem se debruçado em uma longa pesquisa em que analisa o jornalismo em uma perspectiva trabalhista. Em suas análises, a autora avalia que as formas alternativas de trabalho demonstram uma necessidade do campo em proporcionar empregos para seus integrantes. Mas, para além disso, destaca a insatisfação dos profissionais com a situação do jornalismo nas grandes empresas, que cada vez mais são marcadas pelas injunções mercadológicas em suas redações. Portanto, encontrar alternativas que viabilizem o trabalho mostra-se uma postura de resistência e de construção de novas formas de se organizar socialmente.

Em um trabalho anterior, Figaro (2018) apontou que as mudanças nos meios de produção — entende-se a inserção da Internet nas rotinas produtivas — fizeram com que o trabalho dos jornalistas sofresse mudanças significativas. “Portanto, o jornalista do século XX já não é o mesmo jornalista deste século” (2018, p. 202). O profissional de hoje precisa ser multifuncional, ter a capacidade de dominar as linguagens do digital e das redes sociais, e ainda conseguir desempenhar diversas funções simultaneamente para ser competitivo no mercado de trabalho. Esse cenário tão desfavorável é fruto do neoliberalismo que deposita no indivíduo toda a responsabilidade pelos rumos de sua vida, ao mesmo tempo em que precariza o emprego e diminui os direitos trabalhistas. E nessas empresas, os profissionais são demandados a aceitarem tais transformações sem contestar.

Pensando no jornalismo como um território cultural e econômico, Filho e Silva (2019) pontuam que as rupturas promovidas pelas novas tecnologias e por outros processos da pós-modernidade, como o enfraquecimento do Estado, promovem um movimento de desterritorialização física e simbólica do campo. Com isso, força-o a buscar novos significados para suas práticas e para os sujeitos que habitam em seu território, a partir de outros processos de reterritorialização. Pensando que as redações têm se enfraquecido como locais de garantia de cargos de trabalho, esse processo pode ser percebido como uma desterritorialização do jornalismo. Já o aparecimento de grupos alternativos, que se organizam em novos arranjos produtivos, caracteriza uma reterritorialização das fronteiras jornalísticas. Isso impacta na construção de novos sentidos para o jornalismo inserido nestes limites econômicos, simbólicos e culturais que agora passam a ser estabelecidos e, por consequência, dão novos sentidos para os profissionais que atuam nesses territórios (FILHO, SILVA, 2019).

Como forma de sobrevivência na profissão, como alternativa para a realização profissional e cidadã que os grandes conglomerados de mídia não podem oferecer, profissionais do jornalismo organizam-se, formam coletivos, associações, pequenas empresas e outras formas criativas de organização para poderem trabalhar. (FIGARO, 2021, p. 15)

Partindo desse contexto, Figaro e Nonato (2017) nomeiam as iniciativas por elas analisadas de novos arranjos econômicos do trabalho jornalísticos, sendo espaços que possibilitam aos profissionais da área se organizarem de forma

alternativa e independente aos conglomerados de comunicação tradicionais. São iniciativas que surgem para ocupar uma lacuna que a imprensa hegemônica tem deixado aberta.

O surgimento desses jornais alternativos não significa empregos estáveis, haja vista que essas iniciativas precisam lidar constantemente com a busca de financiadores para suas práticas. Mas isso não faz com que deixem de ser oportunidades carregadas de potencial transformador das formas de produção da notícia. Esses novos arranjos profissionais são vistos como caminhos que possibilitem mudanças nas rotinas produtivas e como alternativas ao modelo de trabalho imposto pelo jornalismo tradicional.

Apropriando-se das tecnologias, esses veículos costumam se organizar de forma horizontal, com todos seus integrantes tendo espaço de protagonismo. Também buscam se consolidar a partir de uma atuação sem fins lucrativos, para manterem a autonomia. Como forma de financiamento para seus trabalhos, investem na criação de *crowdfunding* (vaquinhas online), buscam doações diretas dos leitores e costumam participar de editais públicos e privados (FIGARO, NONATO, 2017).

#### **4.2. A periferia como um conceito**

Diferentes grupos, com abordagens de igual modo diversas, dão forma ao conjunto de projetos que integram os chamados novos arranjos jornalísticos. Há desde projetos que produzem um jornalismo nos moldes clássicos da profissão até aqueles que questionam determinados marcadores canonizados da área. Um desses grupos é, justamente, aquele formado pelas iniciativas que emergem nas periferias. O Jornalismo periférico.

Essa é a prática alternativa contemporânea que interessa para esta pesquisa, que pretende se debruçar em compreender o *ethos* discursivo desses veículos. Figaro e Nonato (2017) falam que o espaço periférico é um território enunciado por aqueles que lutam pela valorização de aspectos comunitários. As autoras apontam que essas regiões se constituem como um estado ideológico, no sentido de serem entendidas por seus moradores como um lugar de reconhecimento e

autovalorização. Assim, as autoras reconhecem a periferia como um dos locais de fala<sup>13</sup> dos novos arranjos jornalísticos.

Se olharmos em retrospecto para o que já foi mencionado nesta pesquisa, é possível aproximar e relacionar o jornalismo periférico com os elementos da imprensa alternativa. Apesar de concordar que tal discussão se estabelece na esfera do alternativo/independente, Rovida (2018) assinala que não há um consenso sobre a definição conceitual dessas produções que ela também nomeia de jornalismo das quebradas. Isso porque os estudiosos da área seguem na busca de uma definição dessas iniciativas. Outra razão para se pensar essa questão é o aspecto jurídico e econômico. Sendo parte do fenômeno chamado de novos arranjos jornalísticos, esses projetos são também objetos de estudos que buscam compreender de que maneira conseguem se manter e quais as condições de trabalho dos seus jornalistas.

Mas antes de darmos continuidade a essa análise do jornalismo periférico enquanto um movimento, convém pensarmos sobre os próprios caminhos que levam às definições de periferia e de sujeitos periféricos como conceitos. Isso porque trata-se de um termo que sofreu alterações e ressignificações simbólicas ao longo do tempo, sendo moldado tanto por parte das pessoas e instituições que não habitam essas regiões, quanto, e principalmente, por influência dos próprios moradores desses territórios. É o que aponta Tiarajú Pablo D'Andrea (2013), que em sua tese de doutorado discutiu a periferia como um conceito baseado nas mobilizações que surgem em bairros marginalizados. O autor explica que foi na década de 1990 que o termo passou a surgir nos debates públicos e acadêmicos. E, como um conceito, ele carrega em si uma série de sentidos “que indicam processos ou espaços geográficos e sociais similares, tais como bairros populares, moradores de bairros populares, bairros pobres, e mesmo classes populares” (D'ANDREA, 2013, p. 10).

Inserida nessas discussões, a periferia enquanto um termo modificou-se nas últimas décadas. Antes utilizado por quem era de fora dessas regiões para nomear

---

<sup>13</sup> Na perspectiva da comunicação, Amaral (2005) explica o conceito local de fala como um instrumento teórico que aponta locais constituídos e legitimados por meio de posições sociais e de capitais simbólicos. São relações de poder, pontua. Partindo dessa abordagem, a autora explica que o conceito serve para analisar a imprensa popular como uma prática jornalística que se difere do que ela chama de jornais de referência. A autora comenta, em seu artigo, que as iniciativas inseridas no escopo dos veículos populares falam para um público diferente daqueles pensados pela imprensa tradicional. Assim, atuam em um produção que vai além do sensacionalismo.



um local marcado pela pobreza, pela privação e pelo sofrimento, passa a ser apropriado pelos sujeitos do território como um conceito que nomeia um signo de potencialidade. Aqui cabe ser feito o apontamento de que D'Andrea analisou as periferias da Região Metropolitana de São Paulo, local onde mora. Quando menciona o Rio de Janeiro, o autor comenta que houve um processo semelhante para a definição de favela também como um conceito (D'ANDREA, 2013). Ou seja, a depender da região do país, é possível que outras palavras sejam utilizadas como sinônimo para o termo que ele aborda em sua pesquisa. Apesar das variações de nomenclaturas utilizadas para nomear essas regiões, optamos por assumir, a partir de então, periferia como o termo principal para falar sobre esses territórios ao longo da pesquisa<sup>14</sup>. Isso porque entendemos que essa é também a palavra mais utilizada nos estudos em comunicação para abordar o jornalismo produzido nessas localidades.

Apesar desse início de mudança do olhar para a periferia, a partir de seus próprios moradores, não houve simultaneamente a organização política dessa população. O resultado disso é o enfraquecimento da influência dos partidos políticos progressistas e de movimentos sociais populares nos territórios periféricos. Mas isso não significa, aponta D'Andrea (2013), que não ocorram outras formas de mobilizações nesses espaços urbanos.

As classes populares estão sempre em movimento buscando saídas e alternativas, mais ou menos radicais, para seus dilemas e desafios históricos. Este momento é de reconstrução de bases das quais se possam produzir novos fazeres políticos, em um momento onde as principais representações das classes populares nas últimas décadas entraram em crise. É tempo de reforçar a potencialidade de alguns processos e superar aqueles que já não oferecem respostas analíticas e organizativas. (D'ANDREA, 2013. 11).

O autor seguirá dizendo que parte desse espaço deixado pela ausência das organizações sociais foi ocupado por três forças: as igrejas evangélicas, o crime organizado e a produção cultural. É dessa terceira força que D'Andrea dirá que emerge uma narrativa legitimada pela população para contar suas próprias histórias e construir uma subjetividade própria da periferia. A isso ele denomina Sujeito Periférico (D'ANDREA, 2013).

---

<sup>14</sup> Outra palavra que, em alguns momentos, traremos como sinônimo para esses territórios é “quebrada”, por perceber que ela é frequentemente utilizada nos discursos dos sujeitos que analisaremos no capítulo 5.

Aqui é possível entrar em diálogo com os estudos de Mara Rovida (2020), que analisou o jornalismo periférico como uma das forças que emergem nessas regiões para preencher lacunas — essas deixadas, principalmente, pelo Estado. A autora fala que esse novo entendimento dos sujeitos como orgulhosos de serem periféricos também faz com que alguns deles se engajem na busca por superar dilemas e problemas históricos a que seus territórios são submetidos. O sujeito Periférico é aquele indivíduo que, ao tomar consciência de sua identidade, torna-se um agente que busca ativamente ressignificar sua comunidade antes marginalizada. Que se mobiliza em prol de seu território a partir do orgulho que sente por dele fazer parte. É nesse ponto que Rovida (2020) aproxima sua pesquisa ao trabalho D'Andrea, pois as produções do jornalismo periférico se assemelham à atuação dos demais agentes que se enxergam como sujeitos ativos, como proposto na ideia de Sujeitos Periféricos.

#### **4.3. O Sujeito Periférico no centro das produções jornalísticas**

Um jornalismo produzido por sujeitos periféricos para ser consumido pelas pessoas que habitam as periferias. As literaturas que se debruçam em analisar esses arranjos jornalísticos, direta ou indiretamente, apontam para o fato de que as ações dessas iniciativas têm suas raízes ligadas ao território. O espaço onde moram é o ponto de partida fundamental para suas práticas (ROVIDA, 2018; FILHO, SILVA, 2019; SILVA, 2019; FIGARO, 2021). A noção de territorialidade é explicada por Milton Santos (2007) como um lugar constituído por elementos que vão além de apenas um conjunto de objetos físicos nos quais trabalhamos, moramos e circulamos. O geógrafo considera que o dado simbólico é parte fundamental da relação entre o sujeito e seu espaço. São essas simbologias que colaboram para a noção de pertencimento a determinado território. A linguagem, os costumes e a cultura compartilhada formam um mundo simbólico, sem o qual não é possível pensar territorialidade (SANTOS, 2007).

Assim, o jornalismo periférico tem como um de seus diferenciais a ênfase que o local de onde seus profissionais falam recebe na formulação da notícia. As narrativas que são trabalhadas por esses jornalistas partem de um determinado território. Sendo assim, a cobertura assume uma relação de afinidade com o local e com os personagens representados nesses veículos. Isso porque os conteúdos

desenvolvidos por eles carregam perspectivas específicas e que fazem sentido para aquela região da qual estão se comunicando. “Essa vinculação com o espaço é geradora de identidade social e determina como os sujeitos sociais participarão da vida na cidade, na sociedade” (ROVIDA, 2018, p. 54). Sendo assim, os sujeitos protagonistas dessas iniciativas centram seus olhares para o cotidiano das periferias onde vivem. É uma postura que se opõe aos silenciamentos aos quais essas populações são submetidas cotidianamente. Percebe-se, então, uma conexão com o exposto anteriormente. São iniciativas de jornalismo que buscam novos canais para produzirem aqueles conteúdos que não ecoam nas corporações de jornalismo tradicional.

Outra característica que a autora delega a esses veículos é a forma como organizam a hierarquização das informações e como buscam determinadas vozes ou fontes para suas produções. São escolhas que passam pelo comprometimento dos jornalistas dessas iniciativas com seu público. Sendo assim, eles também buscam revelar o que é omitido pela imprensa tradicional. Rovida (2018) comenta que as populações marginalizadas e suas questões não interessam verdadeiramente à imprensa hegemônica. Quando isso acontece, ocorre a partir de uma leitura estigmatizante da situação. E mesmo colaborando para a estigmatização das populações periféricas, a imprensa tradicional ergue a bandeira da objetividade de uma forma equivocada, como uma forma de justificar as escolhas de suas práticas, produzindo conteúdos que, muitas vezes, ignoram contextos e marcadores sociais onde a notícia está inserida. Fabiana Moraes (2022), ao debater a pauta jornalística, embora defenda que a objetividade é necessária em procedimentos básicos do fazer jornalístico, ressalta que a objetividade não pode ser usada em nome de fazer, por exemplo, recortes e escolhas de fontes por interesses específicos das empresas jornalísticas. “Em busca da objetividade, esses profissionais recorrem a reducionismos e tentam conferir validade e confiabilidade às próprias produções através de procedimentos padronizados, estatísticos” (MORAES, 2022, p. 15)

Ao refletir sobre o conceito de objetividade na contemporaneidade, José Marques de Melo (2006) afirma que existe um posicionamento crescente de que ela se trata de um mito construído. O autor fala que o jornalismo se tornou um ramo industrial que faz da objetividade um sinônimo para verdade absoluta. Mas que, por trás disso, esconde as posturas tendenciosas que existem nas práticas diárias dos

veículos de comunicação. Melo assinala, assim, que trata-se de um conceito impossível de ser aplicado em sua totalidade.

“entre o fato e a versão (...) há a mediação de um jornalista que carrega consigo toda uma formação cultural, todo um background pessoal, eventualmente opiniões firmes a respeito do que se está testemunhando, o que o leva a ver o fato de maneira distinta de um outro companheiro, com formação, background e opiniões diversas”. (MELO, 2006, p.39, apud ROSSI, 1980)

Essa é uma discussão que cabe ser resgatada, pois demonstra uma nova diferenciação entre a mídia tradicional e aquelas que surgem das periferias. Os veículos periféricos não ignoram os valores da profissão, mas também não deixam de lado suas vivências e referências em prol de uma suposta imparcialidade ou objetividade. Isso significa que, apesar de já termos apontado neste trabalho determinadas características e valores que formam a prática jornalística, o *ethos*-prévio da profissão, há marcadores que direcionam o jornalismo periférico para uma prática que se diferencia de outras iniciativas do mesmo campo. Assim, para entender quais são esses marcadores, analisaremos a seguir o *ethos* discursivo de veículos periféricos de diferentes regiões do Brasil.

## **5. Da metodologia à análise: O Ethos do jornalista das periferias**

Após observarmos, no capítulo anterior, os caminhos que levaram ao surgimento dos novos arranjos jornalísticos, agora iremos investigar o *ethos* dessas iniciativas que emergem nas periferias brasileiras – e que estão presentes nas diferentes regiões do país. Entendendo a Análise de Discurso (AD) como uma metodologia adequada para a busca de tal objetivo, iremos analisar a fala de nove jornalistas que atuam em projetos de jornalismo periférico em um evento em que estavam reunidos. Esse encontro, como será apresentado mais adiante, está disponível em vídeo. Ao examinarmos o discurso autorreferencial desses jornalistas, buscamos identificar os sentidos que eles constroem sobre suas iniciativas. Assim, primeiro apresentaremos a AD e os veículos analisados, para depois desvendar a imagem de si desses arranjos jornalísticos.

### **5.1. Metodologia: Análise do Discurso**

Entre as diferentes abordagens metodológicas capazes de darem conta dos estudos que focam na linguagem, a AD aparece como um dos caminhos possíveis para se investigar a comunicação (BENETTI, 2007). Trata-se de um método que permite ao pesquisador compreender o funcionamento dos discursos, por entendê-los a partir de uma noção de movimento. Isso significa que tal abordagem não se interessa simplesmente pela língua e suas normas, mas sim pelos processos nela envolvidos que resultam na produção de sentidos, esses, por sua vez, que constituem o homem e sua história (ORLANDI, 2000).

O humano tem na linguagem uma ferramenta fundamental para sua compreensão enquanto um sujeito. É por meio dela que ele consegue formular seus pensamentos, compreender suas sensações e expressá-las e, assim, desenvolver uma relação com o outro. A Análise de Discurso cumpre a função de problematizar essa linguagem, ao buscar compreender de que forma os discursos constroem os sentidos entres os locutores que se relacionam. E o texto, na AD, não é entendido como um objeto no qual o sujeito irá se relacionar diretamente, mas sim uma materialidade discursiva que é produzida e concretizada por quem o enuncia ou interpreta (BENETTI, 2016).

“Desse modo, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade” (ORLANDI, 2000, p. 16). Isso porque o processo de significação ocorre mediado pela linguagem, que possibilita a conexão entre o sujeito e sua realidade social, e “(...) torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana” (ORLANDI, 2000, p. 15).

Criada por Michel Pêcheux, na década de 1960, a Análise de Discurso de linha francesa parte das contribuições de outros três campos de conhecimento, fundamentais para sua formação: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Orlandi (2000) explica que, por meio da Linguística, a AD percebe que existem processos específicos que precisam ser observados na relação entre a linguagem e o mundo. Mas se diferencia ao entender que não é possível deixar a historicidade de lado. Por isso, utiliza os conhecimentos do materialismo histórico – teoria do pensamento marxista – para defender que a confluência entre língua e história produzem sentidos.

Nos estudos discursivos, não há uma separação entre as noções de forma e conteúdo, a língua aqui não é entendida apenas como um sistema estruturado, mas sim como um acontecimento conectado com um sujeito que é afetado pelo real de sua língua e de sua história. Essa é a contribuição que a AD retira da psicanálise, ao notar que esse sujeito discursivo “funciona pelo inconsciente e pela ideologia” (ORLANDI, 2000, p. 20). E é dessas relações que a AD percebe o discurso como seu objeto de estudo – discurso esse que ocorre entre sujeitos (BENETTI, 2016). Ao citar Pêcheux, Orlandi (2000) explica, então, a definição de discurso: ele é o efeito de sentidos entre locutores.

Não há, porém, uma liberdade plena na forma como os discursos são enunciados. É o que diz Pêcheux, quando pontua que não existe discurso sem um sujeito e, de igual modo, não existe sujeito sem ideologia (apud ORLANDI, 2000). Isso, pois, existem já-ditos, ou uma memória discursiva, a qual os sujeitos estão submetidos, como a cultura, as condições históricas e materiais. Apesar disso, Benetti (2016) defende que o ser humano não é totalmente assujeitado, pois mantém uma constante tensão entre o que é formado nele a partir de seus contextos sociais e as características únicas e próprias a ele mesmo. A autora pontua que tal discussão ajuda a compreender como funciona essa dinâmica em

que “o sujeito é descentrado, dividido e integrado ao funcionamento dos processos discursivos” (BENETTI, 2016, p. 239).

Mesmo que as palavras tenham significados que não sabemos como se constituíram em suas origens, elas podem sofrer mudanças de sentidos determinadas pelas posições ideológicas onde são colocadas. Ou seja, são condicionadas por posições ideológicas em disputa, em um processo sócio-histórico que produz e reproduz palavras e seus significados em um determinado tempo e contexto (ORLANDI, 2000). Desse modo, a AD identifica os sentidos presentes em um discurso e que estão inseridos em uma formação discursiva (FD) específica. Esse é um conceito fundamental para se trabalhar a AD em uma análise de sentidos, como será feito neste trabalho.

As FDs se constituem como regiões de sentidos que correspondem a uma perspectiva ideológica – ou formação ideológica que, para ser plenamente compreendida, precisa ser analisada a partir de diferentes campos teóricos que apresentam as bases para sua sustentação (BENETTI, 2007). É por isso que, ao utilizar a Análise de Discurso, é comum que o analista necessite consultar outras áreas do conhecimento para complementar sua pesquisa. Após identificar uma FD, o pesquisador é capaz de reunir os sentidos que se repetem em diferentes discursos – as paráfrases discursivas – e que formam as chamadas regiões de sentidos. É a noção de formação discursiva que permite identificar regularidades no funcionamento do discurso (ORLANDI, 2000).

Grosso modo, uma formação discursiva é uma região razoavelmente delimitada de sentidos que correspondem a uma determinada perspectiva ou ideologia (formação ideológica), e o sujeito se posiciona em um lugar para enunciar já inscrevendo os sentidos naquela formação discursiva. A delimitação de uma formação discursiva se dá na relação com outras formações discursivas, em um movimento de tensionamento, complementação ou distinção (BENETTI, 2016, p.240).

A partir de um mapeamento dos sentidos presentes nos textos, o analista de discurso identifica as FDs. Considerando os objetivos dessa pesquisa, que busca identificar o *ethos* dos veículos periféricos por meio da imagem que eles constroem de si mesmos, buscaremos, então, identificar a repetição de sentidos presentes nos discursos de seus representantes. É essa repetição de sentidos discursivos que a Análise de Discurso nomeia como paráfrase discursiva. Esse conceito diz respeito,

então, ao ato de um texto voltar diversas vezes a um mesmo espaço de dizer, produzindo diferentes formulações para um mesmo sentido (BENETTI, 2017).

Reunindo diferentes trechos de seus textos em análise em torno de sentidos que se repetem, o analista identifica as FDs. Esses recortes do texto são denominados, na AD, como sequências discursivas (SDs). E elas são selecionadas conforme a questão de pesquisa que se quer responder. Cabe aqui salientar que, como aponta Benetti (2016), o pesquisador também é um sujeito que produzirá sentidos sobre os textos que ele irá analisar. Isso significa que estará mobilizando seus esforços na formação de um discurso que ele mesmo irá produzir em seu texto científico. Sendo assim, se faz necessário que tal analista compreenda a existência de suas próprias camadas culturais, históricas e ideológicas para manter-se vigilante e, ativamente, buscar “afastar seus preconceitos, opiniões baseadas no senso comum e crenças pessoais” (BENETTI, 2016, p.242).

## **5.2. A construção de um *corpus***

O discurso, objeto no qual se debruça a AD, é palavra em movimento. Tal ideia é apresentada por Orlandi (2000) ao apontar que a linha de estudo aqui utilizada se interessa por observar o homem falando. E acompanhar a fala de sujeitos foi, justamente, a principal ferramenta utilizada nesta pesquisa para delimitar o *corpus* que utilizamos em nossa análise.

Sabendo que os discursos não se fecham em si mesmos, por serem constituídos por processos que podem ser recortados e analisados em diferentes estados, a AD não procura a exaustividade chamada horizontal – e que carrega uma noção de completude. São inesgotáveis as suas possibilidades, reforça Orlandi (2000). É por isso que, como salienta a mesma autora, a busca deve ser por um sentido vertical. Isso quer dizer que deve-se considerar a relação dos objetos de análise e suas temáticas, fazendo um estudo em profundidade que não perceba os dados coletados como simples ilustrações. Com isso, o movimento de construção do *corpus* está intimamente ligado com a própria análise, pois essa escolha já interfere na decisão acerca das propriedades discursivas (ORLANDI, 2000).

Um dos objetivos dessa pesquisa é investigar veículos de jornalismo periférico localizados em diferentes regiões do país. Para cumprir tal meta,



identificamos que o evento *A periferia no centro, no centro da periferia*<sup>15</sup> foi um espaço que conseguiu reunir, em uma mesma mesa de debates, diferentes iniciativas que se enquadram em nossas ambições de estudos. São projetos que possuem atuação na internet; estão inseridos na lógica do que denominamos por novos arranjos jornalísticos; possuem profissionais formados em jornalismo atuando em suas produções; não foram desativados por tempo indeterminado; produzem conteúdo jornalístico e tem nas periferias o centro de suas práticas – sejam elas periferias urbanas, rurais ou regiões tradicionais.

O encontro, que ocorreu no dia 24 de março de 2022, integrou a programação do Festival 3i – Jornalismo Inovador, Inspirador e Independente. Realizado desde 2017, o festival foi idealizado como um espaço de debates a respeito da inovação do empreendedorismo no campo do jornalismo.

Na edição de 2022, a primeira pensada a nível nacional e com suas atividades totalmente virtuais, o evento foi promovido pela Associação de Jornalismo Digital (Ajour), instituição que representa mais de 90 organizações de todo o país. Entre as mesas de debates que ocorreram durante o festival, destacou-se o encontro onde representantes de veículos periféricos brasileiros foram convidados para conversar sobre suas realidades e os desafios relacionados ao fazer jornalístico na contemporaneidade. No total, 10 pessoas participaram da atividade<sup>16</sup>.

Do Norte do país, Alessandra Taveira representou a *Abaré Escola de Jornalismo*<sup>17</sup> (AJ). A organização surgiu em Manaus, Amazonas, com o objetivo de oferecer aulas, oficinas e promover debates sobre a produção jornalística produzida em seu Estado. Além disso, prestam serviços de checagem de informações e produção de reportagens. Em seu site de apresentação, o grupo declara que não se limita às pautas factuais e busca promover o jornalismo responsável de forma democrática. Também do Norte, a *Negritar Filmes e Produções*<sup>18</sup> (N) foi representada por Joyce Cursino, diretora executiva da iniciativa. Composta em sua totalidade por pessoas negras, a produtora de conteúdos surgiu no Pará com o

<sup>15</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=51B69HS-m18&ab\\_channel=Festival3i](https://www.youtube.com/watch?v=51B69HS-m18&ab_channel=Festival3i) Acesso em: 13/03/23

<sup>16</sup> Como convidado da Região Sul, fui um dos participantes do debate. Atento à impessoalidade, optei por deixar de fora as falas onde me manifesto ao longo encontro. Outro fator que pesou para a decisão foi o fato de o jornal *O Periférico*, que representei na ocasião, ser a única das iniciativas lá presentes que hoje não se encontra mais em atividade.

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.abare-jor.br/> Acesso em: 15/03/23

<sup>18</sup> Disponível em: <http://negritar.org/> Acesso em: 15/3/23

objetivo de potencializar narrativas de pessoas pretas e periféricas. O grupo desenvolve diferentes projetos audiovisuais onde, além de produzir documentários, tem uma atuação que visa democratizar o acesso ao cinema. Sobre essas duas organizações, chama atenção a multiplicidade de práticas desenvolvidas. Mesmo que alguns de seus projetos não se direcionem diretamente ao campo, verificamos que nelas existem ações que se destinam à produção de conteúdos jornalísticos. Como há princípios da profissão em suas práticas — e que, inclusive, trazem elementos característicos da imprensa alternativa, tal qual apresentado no capítulo três deste trabalho —, foram incluídas na análise.

Já do Nordeste, apenas uma iniciativa participou do debate. De Pernambuco, Eduarda Nunes falou em nome da *Agência Retruco*<sup>19</sup> (AR), um laboratório de jornalismo que tem a proposta de dar protagonismo às narrativas de sua região. Assim, o grupo produz reportagens de diferentes temas e abordagens que desvelam as múltiplas camadas do Nordeste Brasileiro.

Com cinco representantes, o Sudeste foi a região com maior número de participantes na mesa. Consolidada na Região Metropolitana de São Paulo, a *Agência Mural*<sup>20</sup> (AM) tem como princípio norteador a redução das lacunas de informação das periferias. O grupo busca desconstruir estereótipos explorando, em suas pautas, a diversidade do seu território. No festival, a Mural foi representada por Caê Vasconcelos. Os demais veículos da região que estiveram no encontro, atuam em diferentes localidades do Rio de Janeiro. É o caso do *Maré de Notícias*<sup>21</sup> (M), que busca ser uma referência de comunicação comunitária para os moradores das 16 favelas que formam a Maré. Daniele Moura, coordenadora do projeto, além de falar em nome do veículo, foi a mediadora do evento. Já o Fala Roça (FR)<sup>22</sup>, foi fundado em 2013 por um grupo de jovens da Rocinha. Atualmente, é descrito como uma associação de comunicação que constantemente busca pensar em novas narrativas de comunicação na favela. Michel Silva foi o representante da iniciativa no encontro.

O *PerifaConnection*<sup>23</sup> (PC) não possui um portal próprio, pois ele produz conteúdos que são publicados em diferentes veículos, desde a imprensa alternativa

---

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.retruco.com.br/> Acesso em: 15/3/23

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.agenciamural.org.br/> Acesso em: 15/3/23

<sup>21</sup> Disponível em: <https://mareonline.com.br/> Acesso em: 15/3/23

<sup>22</sup> Disponível em: <https://falaroca.com/> Acesso em: 15/3/23

<sup>23</sup> Disponível em: <https://linktr.ee/perifa> Acesso em: 15/3/23

até a tradicional. Com forte atuação nas redes sociais, a organização se descreve como uma plataforma de disputa de narrativas sobre a periferia. Jefferson Barbosa falou em nome do grupo, no encontro. E Renê Silva, jornalista que é referência em comunicação popular no país, participou do debate como representante do *Voz das Comunidades*<sup>24</sup> (VC). Criado em 2005, o jornal busca manter os moradores do Complexo do Alemão informados sobre os acontecimentos da região. E completando a mesa, Lia Vianna falou pelo *Favela em Pauta* (FP). O veículo também surgiu no Rio de Janeiro, mas com o tempo acabou expandindo sua atuação para outros Estados. No momento em que esta pesquisa é desenvolvida, o FP passa por uma reformulação, e por isso está pausado. O que justifica sua inclusão na análise, apesar de não estar em plena atividade, é o fato de sua organização ter divulgado que pretende retornar suas ações em breve.

Com 2h10min de duração, o bate-papo foi dividido em dois momentos. Na primeira hora do evento, cada um dos convidados apresentou-se e comentou sobre o grupo no qual participa. Após essa rodada de falas, a conversa seguiu de forma mais livre, com diferentes temas sendo abordados nas intervenções. Nos discursos de cada membro da mesa, é possível perceber, em uma primeira observação, os marcadores que caracterizam o campo do jornalismo, a partir de uma noção prévia do que se espera do profissional da área. Mas também é perceptível o movimento que estes sujeitos fazem, a todo instante, de se colocarem em uma posição oposta às empresas de comunicação tradicionais. Portanto, consideramos essas falas como adequadas para estudar o *ethos* do jornalismo periférico, já que os jornalistas presentes tratavam, durante todo o evento, sobre a imagem de si e dos seus veículos. Veremos essa reflexão de forma mais aprofundada em seguida. Antes, porém, apresentaremos brevemente o percurso adotado para a análise.

### **5.2.1. Percurso Metodológico**

Após termos definido o evento *A periferia no centro, no centro da periferia* como objeto de análise e tendo delimitado quais discursos iríamos analisar (as falas dos jornalistas das iniciativas apresentadas), passamos a examinar o material que tínhamos selecionado. A partir de uma escuta atenta das intervenções de cada

---

<sup>24</sup> Disponível em: <https://www.vozdascomunidades.com.br/> Acesso em: 15/3/23

participante do encontro, percebemos que a forma como a ideia de jornalismo periférico surge nas falas dos integrantes da mesa caracteriza um mesmo discurso, que passamos a considerar como uma formação discursiva: A **FD do Jornalismo Periférico (FDJP)** no Brasil. Ao por em diálogo noções abordadas anteriormente – como a apresentação do conceito de sujeito periférico, no capítulo quatro – com a definição de FD tratada no presente capítulo, notamos um conjunto de sentidos ligados a uma mesma formação ideológica. São falas que evidenciam o pertencimento ao mesmo espaço social, uma certa disputa com o jornalismo hegemônico e o desejo de se fortalecerem dentro de seus territórios. Tais percepções são alimentadas por uma memória discursiva que os conecta com sua cultura local e história individual e coletiva. É, também, uma ideologia que vai de encontro à perspectiva de que o jornalismo é, antes de tudo, um negócio, um produto, como se percebe na mídia hegemônica.

Dando continuidade à análise, o passo seguinte foi identificar as Sequências Discursivas (SDs) presentes nas falas de cada um dos sujeitos que se relacionassem à imagem que eles tinham de si e de suas iniciativas. Relembrando o conceito, as SDs são trechos que o pesquisador recorta do texto em estudo, ao perceber neles elementos que respondem a sua questão de pesquisa (BENETTI, 2016). Para fazer tal mapeamento de sentidos, a gravação do encontro foi transcrita na íntegra, de modo a facilitar a observação das suas regularidades e repetições, ou seja, as paráfrases discursivas. A partir de então, foram destacadas as SDs em que os jornalistas falavam diretamente sobre suas práticas profissionais; sobre características, atributos, objetivos e valores ligados aos seus veículos de atuação; a respeito da relação entre as organizações e a população, bem como outras ocorrências que tratavam da imagem de si dessas instituições. Dessa forma, buscamos identificar o *ethos* do jornalismo de periferia no Brasil.

Nesse processo, foram localizadas 102 Sequências Discursivas. Esse conjunto de recortes do texto formou o que chamamos de *corpus* discursivo da pesquisa. Pensando na questão que norteia este estudo, o qual busca identificar a imagem de si dos veículos de periferia, entendemos que seria mais oportuno utilizar o nome das iniciativas de jornalismo presentes no encontro para o processo de organização das Sequências Discursivas – e não nos basear nos nomes dos seus representantes, que estavam no evento como porta-vozes dos projetos. Assim, ao enumerá-las, sinalizamos cada uma em uma crescente que vai da SD1 a SD102,

por ordem temporal. E como prefixo, utilizamos siglas que identificam as respectivas falas ligadas aos veículos.

A próxima etapa foi identificar as dimensões de sentidos filiados à Formação Discursiva do trabalho. Analisando as 102 SDs, localizamos quatro sentidos que formam o *ethos* do jornalismo de periferia e que podem ser observados na Tabela 1. A tabela também mostra a quantidade de Sequências Discursivas que se enquadram em cada uma das dimensões de sentidos. A Tabela 2 mostra a incidência de SDs em porcentagem. Vale pontuar que uma SD pode conter mais de um sentido, já que elas não são estagnadas. Do total de Sequências Discursivas inicialmente recortadas, sete delas possuem mais de um sentido. Sendo assim, foram ligadas a mais de uma dimensão, totalizando 109 incidências.

**Tabela 1 - Dimensões de sentidos**

Nº	Dimensões de sentidos	Quantidade de Sequências Discursivas (SDs)
1	Um jornalismo marcado por desafios	32
2	Um jornalismo conectado com o território	29
3	Um jornalismo de impacto social	24
4	Um jornalismo diverso e democrático	24
Total de incidências		109

Fonte: Elaborada pelo autor

**Tabela 2 - Percentuais de incidências**

Nº	Dimensões de sentidos	Percentual das incidências
1	Um jornalismo marcado por desafios	29,38%
2	Um jornalismo conectado com o território	26,60%
3	Um jornalismo de impacto social	22,01%
4	Um jornalismo diverso e democrático	22,01%

Fonte: Elaborada pelo autor

A seguir, apresentamos a análise das quatro dimensões de sentidos (DS) identificadas. Ao destacar algumas das Sequências Discursivas que nelas aparecem, serão mostrados os marcadores que caracterizam cada uma dessas dimensões e que apontam para o *ethos* desses veículos.

### **5.3. Resultados da análise: Identificando o *ethos* dos veículos periféricos**

Como apontado anteriormente, identificamos que as SDs recortadas dos discursos em análise se conectam com as quatro dimensões de sentidos provenientes da Formação Discursiva do Jornalismo Periférico (FDJP). A seguir, iremos apresentar a aplicação da AD no *corpus*, que justifica os sentidos localizados. Cada uma dessas dimensões será apresentada com alguns exemplos de SDs. Os sentidos nucleares de cada SD, ou suas marcas discursivas, estão sinalizados em negrito.

#### **5.3.1. Um jornalismo marcado por desafios**

Em diferentes níveis, e se apresentando de variadas formas, a noção de que produzir jornalismo nas periferias é uma prática desafiadora aparece constantemente. Não à toa, essa é a dimensão de sentido que se mostrou mais presente nos discursos analisados, figurando com o percentual de 29,38% entre o total de incidências levantadas. Um primeiro ponto que chama atenção é o esforço em demarcar-se como iniciativas que se diferenciam do jornalismo tradicional. E esse movimento vem, justamente, a partir do desafio de encontrar, no campo do jornalismo, espaços para desenvolverem as práticas profissionais da forma que acreditam.

Essa é uma característica que, nos parece, está ligada ao próprio conceito de jornalismo alternativo. Já vimos anteriormente, nos capítulos três e quatro, que mesmo sendo em diferentes contextos, são muitas as iniciativas independentes que emergem quase que como uma resposta à falta de espaço nas redações para a produção de um jornalismo mais fiel à visão de mundo de seus protagonistas. Entre as definições que o dicionário *Oxford Languages* apresenta para a palavra, desafio é retratado como uma “situação ou grande problema a ser vencido ou superado”.

Fazemos uso desse glossário pois a definição se mostrou bastante adequada para explicarmos o porquê de trazermos a relação imprensa alternativa/imprensa tradicional nessa dimensão de sentido. Porque é o desafio enquanto uma situação a ser superada que mobiliza esses sujeitos para criarem suas próprias iniciativas comunicacionais. Ilustramos esses argumentos com as SDs apresentadas a seguir:

"..estou representando a Agência Retruco, que na verdade a gente está se montando internamente para se reapresentar enquanto um laboratório de jornalismo. (...) e a gente está junto, **construindo o jornalismo que a gente acredita, já que é tão difícil fazer através da mídia tradicional.**" (AR; SD24)

"A Retruco, ela surge justamente disso, dessa **falta de espaço...**" (AR; SD26)

"Quando a gente **coloca a periferia no centro**, não é sobre segmentar ou, como a Marilene Felinto<sup>25</sup> fala, criar senzalas nas redações. É sobre **criar as próprias redações**, que é o que nós aqui fazemos." (PC; SD51)

"...já foram várias coisas trazidas e eu acho que são histórias que estão sendo contadas. São trajetórias **que são individuais e que são coletivas** e que dizem muito respeito sobre **afirmar um lugar, o pertencimento no jornalismo**. Então, sobre uma **disputa do jornalismo**, que **não é sobre ocupar estruturas do jornalismo hegemônico, mas sobre criar estruturas e legitimar algo que não era reconhecido como fonte de informação.**" (PC; SD44)

E nesse esforço de consolidarem seus empreendimentos, esses sujeitos deixam transparecer o desafio de se afirmarem enquanto potências, enquanto iniciativas de jornalismo com práticas sólidas. Eles encaram a área como um campo permeado por disputas e, ao olharmos para as SDs, parece ser uma das razões para lutarem por uma afirmação, uma demarcação de seus espaços profissionais.

"Sobre a discussão em si desse espaço, e partindo muito do lugar do Perifa como ponto de encontro e de **disputa das narrativas**, o jornalismo e a informação são cada vez mais **um lugar de muito poder, um lugar de muito domínio social**. E ele está sendo disputado o tempo todo." (PC; SD49)

"Quando a gente fala de crise no jornalismo, está falando de crise das empresas [de jornalismo tradicional], porque **tem muita gente**

---

<sup>25</sup> Jornalista e escritora brasileira.

**com muita sede de fazer muitas coisas** e muita energia mesmo de botar pra frente [seus projetos]." (AR; SD28)

"...nos últimos anos, meio que paramos de usar o termo jornalismo comunitário, comunicação comunitária, e passei a usar o **termo jornalismo de favela** (...) para afirmar que **existe jornalismo sendo feito nesses territórios com qualidade e profissionalismo.**" (FP; SD59)

Falar que os profissionais atuantes nesses arranjos jornalísticos buscam espaços conectados com suas visões de mundo diz respeito a uma postura ética que exige deles a necessidade de agirem a partir de tal visão. E aqui entra outro ponto que aparece quando os representantes das iniciativas falam sobre as dificuldades que enfrentam: ter independência financeira. Cientes que estão abrindo mão de recursos, eles se negam, entretanto, a construir vínculos com instituições que não são pautadas pela responsabilidade social.

**"A gente também não se relaciona com mineradora, essas empresas que publicitariamente tem um impacto muito grande,** mas que pra gente não interessa, **porque cometem essa violência contra o nosso território.** Então é uma questão muito cara para a gente realmente, essa questão da sustentabilidade." (N; SD89)

"...a gente também tem todo esse cuidado de **não aceitar qualquer tipo de publicidade,** de qualquer empresa, de mineradoras, de empresas, enfim, que não contribuem com a nossa sociedade. E que não só não contribuem, mas também prejudicam muito a sociedade." (VC; SD92)

"A gente vê as grandes emissoras fechando com a galera do agronegócio, **que destrói todas as comunidades indígenas.** Então não tem como você falar que você faz direitos humanos, por exemplo, e fechar com uma galera como essa." (AM; SD94)

Essas Sequências Discursivas demonstram o desejo dos jornalistas em atuarem de forma alinhada com suas ética. Mas é importante perceber que a coerência de suas práticas não representa um cenário "romântico", de pessoas "batalhadoras" que lutam por seus ideais e consideram isso apenas positivo. Aqui, estamos falando de profissionais que lidam com um produto, o jornalismo, e por isso precisam encontrar outras formas de se manterem. Por isso, vários dos jornalistas que atuam em veículos periféricos têm a necessidade de se manter financeiramente com outros empregos. E esse é mais um dos desafios que iniciativas independentes



lidam em seu cotidiano. Quando falamos a respeito do cenário alternativo durante o regime militar, vimos que muitas iniciativas do período não conseguiam manter seus negócios justamente pela falta de recursos, o que aproxima aquela experiência do passado com os novos arranjos que estão sendo criados hoje.

"A gente aqui na Abaré, também **trabalha em veículos e assessorias pra conseguir se manter**, porque infelizmente hoje a gente não consegue tirar renda da Abaré." (SAJ; SD83)

"Assim como os colegas falaram anteriormente, também **sempre conciliei aí dois, três empregos para poder produzir notícias dentro da comunidade.**" (N; SD88)

"...é muito importante a gente falar sobre a necessidade da gente comunicar, mas também sobre a nossa realidade, que **é uma realidade muito sucateada**, em relação a conseguir uma estrutura boa." (FP; SD72)

"Eu queria complementar a Lia, falando nessa questão da **falta de incentivo e de financiamento, que impossibilita a gente de viver só daquilo.**" (AR; SD77)

"...as grandes fundações [financiadoras] não podem deixar de olhar para esse jornalismo, principalmente fora do eixo Rio-São Paulo. **Tem muito jornalismo sendo produzido e caindo no esquecimento, deixando de existir.** Porque é isso, as pessoas têm família, elas têm outros trabalhos, elas têm faculdade, e **elas não podem se dedicar prioritariamente a isso.**" (FR; SD86)

São variadas as formas que cada uma dessas iniciativas encontra para se sustentarem e vencerem os desafios. São esforços que vão desde campanhas de financiamento coletivo e pedidos de ajuda em suas redes de seguidores até a busca por recursos em editais ou apoio de instituições com caráter filantrópico. A partir dos relatos, percebe-se que não é incomum os protagonistas desses veículos utilizarem os salários que ganham em seus empregos paralelos para aplicarem nas organizações que criaram. E também fica perceptível, em suas falas, que todo esse investimento é nortado pelo desejo em manterem vivos e ativos seus projetos, por verem neles ferramentas de impacto social que só fazem sentido se estiverem ligadas, de forma independente, aos locais onde atuam.

### 5.3.2. Um jornalismo conectado com o território

Esta é a segunda dimensão de sentido com maior proeminência no trabalho, acumulando 26,6% das incidências de SDs presentes no *corpus*. E, de fato, é perceptível a importância que ela assume nos veículos de periferia. A relação sujeito-território tem protagonismo nesses arranjos jornalísticos. Investigando essas iniciativas que atuam nas quebradas<sup>26</sup> paulistas, Rovida (2020) percebeu que os moradores elaboram seus sentimentos a respeito das comunidades em uma ideia de identidade ligada ao território. Sendo assim, essa territorialidade deixa de ser somente um espaço físico, passando a demarcar a própria subjetividade dos indivíduos. E essa bagagem acompanha os veículos periféricos em suas práticas profissionais. As SDs a seguir, demonstram esse sentido:

"...esse é o **jornalismo de verdade**, o jornalismo **feito pelas pessoas que são das quebradas**, que entendem realmente a realidade." (AM; SD18)

"cada **quebrada** tem sua singularidade, e **quem melhor para falar desses territórios do que quem é desses territórios?**" (AM; SD21)

"...**são jornalistas das periferias, escrevendo sobre as periferias**, para as periferias e também para fora delas" (PC; SD50)

"E quando a gente fala de comunicação comunitária, quando a gente fala de **comunicação hiper local**, é de **nós por nós**. Fazemos a nossa comunicação (...) com esse objetivo também de **mostrar a sua realidade, abrir a sua visão, seu senso crítico**." (VC; SD66)

Sendo jornalistas e, ao mesmo tempo, moradores das regiões onde atuam, os profissionais dessa imprensa não apenas se recusam a ignorar suas visões de mundo quando estão produzindo jornalismo, como também fazem questão de reforçar essa relação com o território como um marcador capaz de qualificar ainda mais a cobertura. Enquanto profissionais da área, eles fazem uso das diversas ferramentas e norteadores que o campo jornalístico disponibiliza. Também estão presentes, em suas rotinas de trabalho, as finalidades próprias da área que foram examinadas no capítulo dois da pesquisa. Mas eles não abrem mão de se colocarem como sujeitos que estão em constante diálogo com os seus semelhantes – aqui utilizamos o termo semelhantes de uma forma “literal”, já que estamos falando de moradores de periferias que se comunicam com outros moradores das

---

<sup>26</sup> Rovida (2020) explica que essa foi uma das palavras ressignificadas pelos moradores das periferias para se descreverem. O termo surge de modo pejorativo, mas dentro das comunidades passa a se relacionar a um sentido de pertencimento.

mesmas periferias. Dessa forma, esse formato de jornalismo, ao defenderem seu pertencimento a um território específico, fazem também uma nova crítica aos veículos da imprensa hegemônica – mesmo que isso não seja dito de forma explícita – , que estariam distanciados das periferias e, portanto, não teriam a mesma credibilidade ao tratar dos assuntos das quebradas. As SDs seguintes mostram esse posicionamento.

"Quando a gente recebeu esse convite pra estar aqui, a gente ficou muito animado, porque **essa mesa retrata muito do que a Abaré quer, que é dialogar com periferias**. Quer falar sobre jornalismo, sobre o que ele **representa para as pessoas e para a democracia**." (AJ; SD2)

"...a gente sabe que tem como **fazer uma comunicação mais honesta**, a gente sabe que é possível trazer, sempre que necessário, **cada um a sua ótica**. E a minha ótica é de uma pessoa que vem de periferia, de famílias negras que também vieram de periferia, que já passaram por várias violações de direitos, enfim. É uma ótica de **enxergar o Recife a partir de outras [perspectivas]**." (AR; SD25)

"...eu me coloco nesse lugar de comunicadora com autoestima. Eu sei, **através da minha perspectiva**, o que é verdade ou não do que acontece naquele lugar." (FP; SD75)

"...ao mesmo tempo em que a gente é jornalista, que vai escrever sobre aquilo, a gente também [acaba por] ser público alvo dessas notícias. Isso é uma vantagem muito grande que a gente tem, **porque a gente conhece essas realidades**." (AR; 101)

Como abordamos no capítulo quatro, essa noção de pertencimento e de orgulho de ser um sujeito periférico é mais um dos mobilizadores que os levam para uma postura de engajamento social nas regiões onde moram. Para essas iniciativas, é preciso se envolver com os territórios e, assim, desenvolver uma constante aproximação com os demais moradores. As trocas com as pessoas que habitam essas localidades cumpre a função de atentar para as demandas dessas populações e, ao mesmo tempo, faz desses veículos espaços de relevância para suas comunidades, como mostram essas SDs:

"Então, hoje existem várias iniciativas no país que estão **mostrando e falando a sua realidade a partir da visão do próprio morador**. É isso que a gente quer, é isso que a gente precisa fazer, é esse debate que precisa fazer." (VC; SD64)

"..a gente tem que trabalhar [na ideia de] **nós por nós**. E eu acho que nesse sentido que a gente acabou criando tantas iniciativas periféricas de comunicação, exatamente por esse **buraco da falta de informação de qualidade, que tenha o olhar do morador**, com o respeito que o morador tem."

(M; SD70)

"A gente está pensando em **criar um núcleo de pautas com a comunidade**. Fazer a reunião de pauta na praça. Levar a perspectiva da sugestão de pauta para a praça e abrir ao público, **para que as pessoas possam de fato estar ali e falar**." (M; SD95)

"...**se tornar uma referência ao local** é muito importante para que o veículo de comunicação tenha um alcance maior, **principalmente dentro do território**, que é o mais importante." (FR; SD97)

"...muitas vezes **a pauta vem através da comunidade**, conversando com a vizinha, com a tia, com alguém que está passando e escutando a conversa..." (AR; 100)

"...esse é o trabalho que a gente vem desenvolvendo aqui, **sempre de forma muito coletiva**." (N;SD42)

"A gente já tem uma **dinâmica muito estreita com a comunidade**, com o morador." (M; SD96)

"Eu acho que também **essa proximidade** que o nosso tipo de comunicação de jornalismo proporciona, cria uma **relação de confiança com as pessoas**..." (N; SD98)

A conexão com o território, portanto, é uma posição que podemos entender como inseparável do fazer jornalístico dessas iniciativas que atuam nas periferias. Vivenciar o cotidiano das quebradas, conhecer seus códigos, suas linguagens, suas referências, sua cultura, posiciona o jornalismo periférico em um local de privilégio para suas práticas. Isso porque as fontes, as pessoas envolvidas nos acontecimentos, acabam por reconhecer e legitimar esses profissionais.

### 5.3.3. Um jornalismo de impacto social

O jornalismo, por si só, traz a responsabilidade social como uma das práticas relacionadas às suas finalidades. Como mencionamos no capítulo um, ao campo cabe o papel de fornecer informações qualificadas que permitam aos cidadãos o direito de serem livres e de se autogovernarem. Antes de prosseguir com a análise

dessa dimensão de sentido, também vale recordar a discussão apresentada no capítulo quatro, onde vimos que a imprensa tradicional costuma utilizar o conceito de objetividade de forma equivocada. Isso porque essas empresas de comunicação muitas vezes se afastam de determinados temas e territórios afirmando-se neutros e, dessa forma, tentando justificar as escolhas de suas práticas. Assim, acabam produzindo conteúdos que, muitas vezes, ignoram contextos e marcadores sociais.

Nas falas de todos os jornalistas que participaram do debate em análise, percebemos a existência de um incômodo com a forma como a imprensa tradicional representa suas realidades. Em seus discursos, esses profissionais pontuam que seus veículos caminham no sentido de romper com os estereótipos criados sobre os sujeitos periféricos e suas territorialidades.

"A Agência Mural nasce muito disso (...), entendendo que **só se falava das quebradas de São Paulo para falar de morte e violência**, como se não houvesse pautas positivas. Então, na Mural, a gente fala de tudo, **menos morte e violência**, porque já tem toda a imprensa tradicional, e até a mídia independente, falando sobre." (AM; SD19)

"...cada muralista tem a obrigação de falar da sua própria quebrada, **trazer as partes boas e positivas**. Qual é aquela história incrível daquele vizinho que você cresceu vendo, e que o mundo precisa conhecer? Então, **esse é o espírito da Mural**." (AM; SD22)

"E a partir dessa fala que os outros colegas também trazem nas suas explicações, de **ver sempre a periferia nesse lugar da tragédia, nesse lugar do superficial, desse lugar do sensacionalismo**. A gente busca **potencializar narrativas**, sobretudo negras, em um lugar de **descobrimento de potência...**" (N; SD33)

Um outro movimento presente nesses arranjos jornalísticos, e que acrescenta mais uma camada de análise a essa dimensão de sentidos, é a preocupação em agir e causar impactos transformadores nas regiões onde estão atuando. Ao não ignorarem a existência de uma subjetividade que os move, esses sujeitos possuem uma ferramenta capaz de desestabilizar representações engessadas e questionar normas antigas da profissão.

Moraes (2019) defende que a subjetividade no jornalismo amplia a capacidade do repórter de iluminar o que está escondido. Indo além, a autora defende que uma prática ativista, que está no campo da subjetividade, alinhada com

as ferramentas e procedimentos da profissão (apuração, pesquisa, produção polifônica), tem a força de potencializar o fazer jornalístico.

Para esta pesquisa, entendemos que ativismo não seria o termo mais adequado para apresentar o sentido que identificamos no trabalho, mas relembramos a fala de Moraes por compreender que ela diz respeito a um movimento onde o repórter aciona as bagagens individuais para aprimorar sua atuação. Os veículos que analisamos, olham para as suas coberturas jornalísticas, e demais projetos que desenvolvem, como ações que contribuem para a promoção de mudanças nessa regiões. Nas SDs apresentadas a seguir, percebe-se o desejo desses sujeitos em explorarem as possibilidades de seus territórios, de aprofundarem os questionamentos trazidos em seus conteúdos, em um caminho que leve suas comunidades para efetivas transformações.

"As pessoas, os jornalistas, os repórteres, a galera que trabalha com isso [comunicação], costuma **dar o jornalismo de uma forma muito sensacionalista, não se aprofunda tanto nas questões da região**. Isso nos inquietou. A gente sempre ficou pensando 'poxa, **tem tantas possibilidades para se fazer jornalismo aqui no nosso Estado, tantas coisas que não são ditas**.'" (AJ; SD8)

"Então partiu dessa inquietação, de ter **pautas mais aprofundadas**, de ter **questionamentos mais densos** no jornalismo." (AJ; SD10)

"A gente sempre quis fazer algo que pudesse **mudar de forma estrutural essa realidade**. Fazer as pessoas **se questionarem**, fazer as pessoas **se atentarem à desinformação** e fazer as pessoas entenderem que jornalismo é, como eu falei no início, **um meio para mudar realidades**." (AJ; SD11)

Em suas falas, esses jornalistas também se colocam como fiscalizadores do poder público. Mas indo além de apenas informar, eles enxergam que está em suas funções o desenvolvimento de um trabalho que cause impactos reais e positivos na vida das pessoas.

"...**contar suas histórias e reverberar as denúncias** que a gente precisa fazer enquanto povos da Amazônia." (N; SD39)

"E o Voz surge com esse objetivo, com essa missão de mostrar isso [os problemas], de **cobrar do poder público que isso melhore dentro da favela**." (VC; SD62)

"...eu lembro das minhas primeiras pautas ali no Voz, por exemplo, que era de saneamento básico. Era muito importante entender o nosso corpo como **um mecanismo para fazer mudar aquela situação.**" (FP; SD73)

"...hoje em dia você tem veículos que surgem de periferias, como é o caso do PerifaConnection, mas que não produzem só o serviço, também **produzem uma reflexão, produz uma crítica na sociedade...**" (PC; SD46)

Nessa dimensão de sentidos, percebemos um novo movimento do jornalismo periférico em tentar demarcar seu espaço próprio dentro do campo. Mais uma vez se diferencia da imprensa tradicional, ao rejeitar um fazer jornalístico que anule as experiências do indivíduo que reporta. Busca ter uma postura ativa em seus territórios, em uma perspectiva de colaborar para a transformação de problemas estruturais e cotidianos presentes nas quebradas. Algumas falas desses sujeitos até mesmo marcam uma diferenciação deles com outras iniciativas de jornalismo independente. Como abordamos no capítulo quatro, o jornalismo feito nas favelas é um dentre as diversas organizações inseridas no grupo chamado de novos arranjos jornalísticos. Diferenciando-se dos demais, os veículos periféricos trazem em seu ethos a missão de produzir impacto social.

#### **5.3.4. Um jornalismo diverso e democrático**

Vimos, anteriormente, que o sentido de impacto social diz respeito ao sujeito jornalista que vê na sua prática a função de promover mudanças na realidade onde está inserido. Isso quer dizer que, na dimensão anterior, são as práticas jornalísticas que geram as transformações. Aqui neste tópico, também observamos nas falas a presença de um ideal de mudanças sociais. Mas a diferenciação que surge, e que coloca essas SDs em uma dimensão com sentido próprio, é o movimento feito por esses veículos para potencializar o público e dar as ferramentas para que eles mesmos passem a agir em prol da construção de outras narrativas sobre si mesmos. Então, nessa dimensão o jornalismo periférico delega a si o papel de educar seu público, formá-lo para a cidadania. Vejamos as SDs.

"A Abaré é uma iniciativa onde a gente **leva educação** por meio do jornalismo. Então, eu vejo que aqui os meus colegas têm iniciativas

também parecidas, que **procuram dialogar com periferias**. E a Abaré entra muito nesse eixo aí."(AJ; SD1)

"...a gente estimula que pessoas da periferia, pessoas da comunidade, estudantes universitários, façam isso [produção de conteúdo jornalístico]. Daí a gente tem  **cursos e oficinas sobre esse acesso à informação**." (AJ; SD82)

"Então a Negritar hoje, ela trabalha principalmente com **a frente educacional**. (...) A gente faz um trabalho nas comunidades periféricas e tradicionais da Amazônia, onde a gente faz um laboratório de narrativas. A gente vai passar uma semana, **constrói filmes nessas comunidades, documentários...**" (N; SD34)

O diálogo e a conexão com o território surge novamente aqui, mas ele toma um novo rumo. Nesse sentido, não basta manter uma relação com a comunidade em uma lógica jornalista-fonte. Essas iniciativas entendem como uma missão sua ensinar os moradores das periferias a narrarem as suas próprias histórias, a mostrarem a diversidade de vozes que existem, as vivências e experiências que compõem seus territórios. Sendo assim, um sentido presente nessa dimensão é o de apresentar novas narrativas sobre as periferias a partir de um duplo movimento de democratizar a comunicação e torná-la diversa.

"...usar o jornalismo como **ferramenta de disseminação da notícia**, e sobre o que o jornalismo significa, sobre o que ele pode fazer, sobre como ele tem **potencial para nos ajudar a desvelar as realidades**." (AJ; SD4)

"..é muito bacana ver quando a galera **se apropria da sua narrativa para fazer a sua denúncia dos seus enfrentamentos e até mesmo mostrar a sua realidade**, a sua potência" (N; SD38)

"...**as diferentes realidades de uma sociedade precisam ser mostradas** para que essa mesma população tenha consciência dos seus problemas, das suas forças e de onde esse mundo todo de gente está caminhando. O problema é que nem sempre todos os lados são ouvidos, menos ainda os que mais sofrem. (PC; SD101)

"...**a gente também queria mostrar outras coisas**, queria mostrar a Baixada numa lógica muito positiva, uma lógica afirmativa, **numa lógica de criar uma autoestima e identidade sobre o lugar onde se vive**." (PC, SD47)

E mais uma vez observamos traços dos fenômenos alternativos, tal qual mostrado no capítulo três. Lutar por uma sociedade verdadeiramente democrática



aparece na imprensa independente de diferentes épocas. Falamos, no referido capítulo, que os projetos de jornalismo alternativo emergem como uma reação a sistemas de opressão e marcados por desigualdades. E quando olhamos para o cotidiano das periferias, percebemos uma violação de direitos que é sistêmica. E são violências que não se limitam apenas aquelas mais óbvias, como o genocídio da população negra<sup>27</sup>. Ignorar toda a cultura e diversidade dessas regiões é também uma violência direta a esses territórios. Por esse contexto, entendemos como justificadas as falas dos protagonistas dessas iniciativas que veem em suas práticas a busca de uma democracia que chegue em suas quebradas. E assim, os jornalistas se articulam em resposta às opressões e apagamentos que vivem suas comunidades.

"É um projeto para **democratizar a informação**. É a **principal oferta de informação crítica de qualidade** nas 16 favelas da Maré." (M; SD68)

"...a gente tenta pelo menos **democratizar o acesso à informação** através do nosso trabalho de comunicação comunitária." (VC; SD67)

"...a gente fica sempre pensando estratégias de como **construir caminhos mais democráticos**, pra que essa narrativa consiga se expandir para **fazer as denúncias que precisa...**" (N;SD43)

E para complementar, os representantes dos veículos periféricos que analisamos entendem que a diversidade precisa estar presente em todas as etapas de suas práticas. Por isso, evidenciam essa como uma questão presente em suas redações e nas bandeiras que erguem.

"**A redação da Retruco é muito diversa** também. Embora todo mundo conheça todo mundo, todos vêm de um lugar diferente." (AR; SD30)

"...é uma organização composta por pessoas pretas, 100% pessoas pretas. A gente entende que, **se a gente não resolver o racismo** que está atrelado a todas essas mazelas sociais, **a gente não vai conseguir resolver as outras questões.**" (AR; SD32)

---

<sup>27</sup> Publicado em 2022, o relatório *Pele Alvo: a Cor que a Polícia Apaga*, desenvolvido pela Rede de Observatórios em Segurança Pública a partir dos dados disponibilizados pelas secretarias de Segurança de diferentes estados brasileiros, aponta que 65% das pessoas mortas em ações da polícia são negras.

Nessa dimensão de sentido, então, o *ethos* do jornalista de periferia passa por um engajamento de seus integrantes para levar uma comunicação qualificada para todas as pessoas de sua comunidade. Mas para além de informar, entendem que munir os moradores com ferramentas de comunicação é uma forma de fazer com que novas narrativas sejam apresentadas, com conteúdos que mostrem a diversidade de vozes dessas regiões de forma genuinamente democrática.

#### 5.4. Percepções sobre a análise

Feita a análise, percebemos a existência de alguns sentidos que compõem cada uma das quatro dimensões. São atributos diretamente conectados com o sentido principal e que aparecem nas dimensões de sentidos. A seguir, apresentamos uma tabela que reúne esses atributos.

**Quadro 1 - Categorização das Dimensões de Sentido**

Nº	Dimensões de sentidos	Sentidos	Percentual das incidências
1	Um jornalismo marcado por desafios	Falta de espaço para temáticas da periferia na imprensa tradicional	29,38%
		Falta de recursos financeiros	
		Múltiplas jornadas de trabalho	
2	Um jornalismo conectado com o território	Noção de identidade e pertencimento	26,60%
		Proximidade com o território e seus moradores	
3	Um jornalismo de impacto social	Romper estereótipos	22,01%
		Promover mudanças em seu território	
		Fazer da subjetividade uma ferramenta para o jornalismo	
4	Um jornalismo diverso e democrático	Educação por meio do jornalismo	22,01%
		Novas narrativas	

		Democratizar a informação	
		Diversidade como questão central de sua atuação	

Fonte: Elaborada pelo autor

Um ponto para destacarmos é o percentual de incidências das SDs. Como já apresentado na tabela 2 e agora reforçado na tabela 3, esses índices representam a forma como se distribuem as 102 sequências discursivas identificadas. Isso significa que a principal característica do *ethos* do jornalismo periférico é enfrentar desafios, com a presença de três sentidos. O primeiro é a falta de espaço das temáticas de seus territórios no jornalismo tradicional. Isso faz com que pautas difíceis tenham que ser enfrentadas por eles e aspectos positivos de seus territórios, mesmo que divulgados pelos jornais da periferia, não tenham repercussão para um público maior.

Os outros dois sentidos da Dimensão 1 estão diretamente ligados a questões econômicas: a falta de recursos financeiros e a necessidade que os jornalistas de veículos da periferia têm de manter outra atividade para se sustentar, não podendo se dedicar inteiramente ao projeto periférico como desejariam. Mas percebe-se, também, que as quatro dimensões de sentido, quantitativamente, estão muito próximas, todas com a incidência de SDs entre 20 e 30%. Ou seja, são dimensões que aparecem em quantidades quase equivalentes nas falas dos jornalistas periféricos. No próximo capítulo, apresentaremos as considerações finais desta pesquisa, aprofundando essas reflexões sobre nossos achados.

## 6. Considerações finais

Neste estudo, busquei identificar qual a imagem que os representantes de veículos periféricos constroem sobre si a partir de seus discursos. Para atingir tal objetivo, foi preciso percorrer um percurso bibliográfico que inserisse o presente trabalho em seu campo e, mais especificamente, em uma linha de pesquisa. Foi por isso que, em um primeiro momento, descrevi brevemente os valores da profissão, que têm suas origens no século XIX. Ao utilizar as contribuições de autores como Traquina (2012, 2013), Melo (2006) e Charaudeau (2009), mostrei que o jornalismo, ao se profissionalizar, passa a carregar certos princípios, como produzir notícias baseadas na realidade, com independência e objetividade, tentando se manter fiel ao contrato de comunicação que firma com o público. Partindo disso, identifiquei um *ethos*-prévio do jornalismo, que é marcado por noções de interesse público e responsabilidade social.

O movimento seguinte foi observar as discussões apresentadas por pesquisadores como Caparelli (1988), Kucinski (2018) e Neto (2020), que em alguns de seus trabalhos se debruçaram em investigar a imprensa alternativa. Segui na linha desses autores, de entender o jornalismo alternativo como um fenômeno que surge em resposta a cenários marcados por casos de opressão, censura, apagamentos e falta de espaço na imprensa tradicional. Essa reflexão é complementada pelo capítulo quatro, quando passo a estudar os novos arranjos jornalísticos. Iniciativas independentes que assumem traços presentes nessa imprensa alternativa, mas que no contexto do século XXI recebem marcadores próprios. Nesse grupo se situa o jornalismo periférico.

Foi no capítulo cinco que apresentei a metodologia e os resultados que chegamos na investigação, e nele estão as contribuições que o trabalho traz para as pesquisas em jornalismo. Ao delimitar o corpus, explico que haviam dez jornalistas participando da mesa *A periferia no centro, no centro da periferia*, promovida pelo Festival 31. E, para delimitar quais falas seriam analisadas, defini que seriam considerados apenas os veículos que seguem em atividade. Assim, dos dez, um foi deixado de fora. Como já exposto no trabalho, a outra razão para não considerar o décimo veículo foi o princípio da impessoalidade, já que eu fui a pessoa convidada pelos organizadores do evento para representar o *Periférico* no debate.

Aproveito este espaço de fechamento da pesquisa para comentar que, em minha fala do encontro, bem como em todas as ações desenvolvidas pelo *Periférico* ao longo do ano de 2020, também estão presentes muitas das questões trazidas pelos demais integrantes da mesa de debate que analisamos. Em sua primeira publicação nas redes sociais, *O Periférico* se apresentou como uma iniciativa que acreditava na relevância de um jornalismo que dê o protagonismo para as periferias, mostrando suas riquezas, desafios e complexidades. Havia muitas ambições para os planos futuros do projeto. A ideia era encontrar formas de se aproximar das lideranças comunitárias e moradores dos diferentes bairros periféricos de Porto Alegre, pautando nossas iniciativas a partir das trocas que faríamos com eles. Também, havia o desejo de iniciar, após a pandemia, um núcleo no projeto que se dedicasse à educação para a informação. Faríamos uma espécie de “escola” de jornalismo, onde iríamos promover oficinas de produção jornalística para crianças e adolescentes das comunidades provocando reflexões críticas em relação à mídia tradicional

Mas se os valores que o projeto carregava eram comuns às demais iniciativas apresentadas neste trabalho, os desafios e dificuldades que enfrentamos também se assemelham. Jornadas duplas de trabalho, falta de financiamento e dificuldade para acessar editais de fomento foram algumas das barreiras que o *Periférico* enfrentou. Esses desafios, somados a um cenário pandêmico, que chegava em seu pior momento no início de 2021, atravessaram os integrantes do projeto de diferentes formas e acabaram por impedir sua continuidade.

Essas dificuldades citadas são, justamente, alguns dos sentidos que identificamos na análise da pesquisa. Ao buscar responder qual a imagem que os veículos periféricos brasileiros constroem de si a partir de um discurso autorreferente, conclui-se que a primeira dimensão de sentido que configura o *ethos* dessas iniciativas é a noção de **1) Um jornalismo marcado por desafios**. Todos os veículos analisados apresentam um descontentamento com a falta de espaço na imprensa tradicional para falar sobre suas quebradas de uma forma mais alinhada com seus valores. Essa dificuldade impulsiona jornalistas a criarem suas próprias redações e a enfrentarem temáticas complexas, sem cair na simplificação.

Mas, como já dito em relação ao *Periférico*, a realidade desses projetos é de um trabalho marcado também pela constante busca pela sustentabilidade financeira. E, apesar dos desafios, os protagonistas dos projetos analisados buscam

manter seus ideais vivos a partir do constante movimento de produzir **2) Um jornalismo conectado com o território**. Essa dimensão é caracterizada pela noção de identidade e pertencimento. Isso significa que os jornalistas que atuam nesses veículos se entendem como sujeitos que não apenas falam sobre o território, como fazem parte dele e dividem seus signos, culturas e linguagens. Esses marcadores fazem com que eles mantenham uma relação não hierárquica com os moradores das comunidades – suas fontes – os mantendo próximos uns dos outros.

Na dimensão seguinte, percebemos que pensar **3) Um jornalismo de impacto social** é fundamental para esses profissionais. Entendem que, para além de simplesmente informar de forma distanciada, eles estão em uma posição que traz a responsabilidade de promover mudanças no território. Percebendo o jornalismo como um campo de poder simbólico, buscam fazer dele uma ferramenta de transformação social. Utilizam suas próprias bagagens de vida, as experiências cotidianas, sua subjetividade, como potencializadores de um fazer jornalístico que questione os apagamentos, as negações de direitos e os estereótipos que são criados sobre as periferias.

Para isso, entendem que é preciso pensar **4) Um jornalismo diverso e democrático**. Essa dimensão diz respeito à postura de ensinar os moradores a fazerem usos das ferramentas que estão à sua disposição para também eles promoverem mudanças. Defendendo o acesso democrático à informação e erguendo a bandeira de valores como diversidade e igualdade, os sujeitos que protagonizam essas iniciativas de jornalismo tentam ensinar seu público a serem as vozes que irão narrar os novos acontecimentos sobre suas quebradas.

Outro achado que observamos ao analisar as falas dos representantes dos veículos foi a oposição que, constantemente, eles fazem à imprensa tradicional. Esse é um sentido que aparece, de diferentes formas, em SDs presentes nas quatro dimensões de sentido identificadas. Concluimos que essa característica é mais um dos elementos que colaboram para o entendimento de que o jornalismo periférico tem demarcado um espaço próprio dentro do campo jornalístico.

Como dito na introdução desta pesquisa, perceber esses sentidos que caracterizam o *ethos* do jornalismo periférico auxilia na compreensão das potencialidades e colaborações que essas iniciativas podem trazer para o campo jornalístico como um todo. Em cenários de tantas incertezas e mudanças constantes, como é o caso do tempo presente, observar as novas formas de se

fazer jornalismo são caminhos para fortalecer os pilares da nossa profissão. Para produzir informação qualificada, com responsabilidade social e interesse público, não basta apenas estar preso a modelos antigos. É necessário voltar o olhar para as experiências contemporâneas.

Sendo assim, há muito a se explorar. Aqui, fiz um recorte de nove vezes falando sobre suas práticas, mas ainda existem outras tantas que podem ser mapeadas e estudadas. Também me parece um rico caminho investigar como o público enxerga essas iniciativas que estão surgindo fora da mídia tradicional, analisando a relação entre os repórteres das periferias e os moradores de seus territórios. Outra possibilidade é entender quais são as editorias, os recortes e enquadramentos que os veículos periféricos utilizam para narrar as múltiplas realidades presentes em suas quebradas. São estes alguns dos caminhos possíveis para se pensar novos formatos e possibilidades de produção e de pesquisas que ajudem os profissionais da área a lidarem com as transformações do tempo.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Flávio. *Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo*. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

AMARAL, Márcia Franz. *Lugares de fala: um conceito para abordar o segmento popular da grande imprensa*. *Contracampo* [S.l.], n.12, p. 103-114, 2005.

BENETTI, Marcia. *Análise de discurso como método de pesquisa em comunicação*. In: MOURA, Cláudia P.; LOPES; Maria I. V. de. *Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas*. p. 235-256. Porto Alegre: Edipucrs, 2016.

BENETTI, Marcia. *Análise do discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentidos*. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. 3. ed. p. 107-121. Petrópolis: Vozes, 2007.

BENETTI, Márcia; GADRET, Débora Lapa. *O ethos do repórter de TV da Rede Globo*. Intexto: Porto Alegre, 2017.

BERNARDES, Brenda Soares. *História e historiografia da anistia brasileira de 1979*. In: XIII Semana de História: Pátria Amada Brasil?. Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, 2019.

BERGER, Christa. *Em torno do discurso jornalístico*. In: NETO, Antônio Fausto; PINTO, Milton José (org.). *O indivíduo e as mídias*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *A influência do jornalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997b.

BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70 - mais pra epa que pra oba*. Brasília: Editora UnB, 1991.



CAPARELLI, Sérgio. *A Imprensa Alternativa Revisitada*. In: Revista de Biblioteconomia & Comunicação – Vol. 3. Porto Alegre: UFRGS, 1988.

CARVALHO, Guilherme; BRONOSKY, Marcelo. *Jornalismo alternativo no Brasil: do impresso ao digital*. Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, vol. 4, p.21 -39, 2017.

CAVALCANTI, Jauranice Rodrigues. *No “mundo dos jornalistas”: interdiscursividade, identidade, ethos e gêneros*. 2006 Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Estadual de Campinas, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2009.

D’ANDREA, Tiarajú Pablo. *A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo*. 2013 Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, 2013

FARO, José Salvador. *Revista Realidade, 1966-1968: tempo da reportagem na imprensa brasileira*. Canoas: Editora da Ulbra, 1999.

FESTA, Regina. *Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa*. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins (Orgs.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. p. 9 - 30. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.

FIGARO, Roseli, et. al. *Relatório dos resultados da pesquisa [recurso eletrônico]: Discurso jornalístico e condições de produção em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia* / Roseli FIGARO (Coord.). São Paulo: ECA-USP, 2021.

FIGARO, Roseli; NONATO, Claudia. *Novos ‘arranjos econômicos’ alternativos para a produção jornalística*. Contemporanea comunicação e cultura, v. 15, N. 1 [S.l.]. p. 47-63, 2017. ISSN: 18099386

FILHO, Edgard Patrício de Almeida; SILVA, Naiana Rodrigues. *Territorialidade e ethos em iniciativas de jornalismo independente do Nordeste do Brasil*. G&DR, Taubaté, v. 15, N. 4, p. 183-195, 2019.

KOVACH, Tom; ROSENSTIEL, Bill. *Os Elementos do Jornalismo*. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: no tempo da imprensa alternativa*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2018.

LOBATO, Mayara Luma Assmar Correia Maia. *O Consumo de Memória dos Invisíveis: Representações e histórias de vida dos excluídos em iniciativas alternativas de comunicação*. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação) - Escola Superior de Propaganda e Marketing, 2019 .

LAGO, Cláudia. *Ensinamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no jornalismo*. In: Brazilian Journalism Research. V. 6, N. 1. Brasília: SBPJor, 2010.

LISBOA, Silvia; BENETTI, Márcia. *Credibilidade no jornalismo: uma nova abordagem*. In: Estudos em Jornalismo e Mídia Vol. 14, N. 1. Florianópolis: UFSC, 2017.

MAINGUENEAU, Dominique. *A propósito do ethos*. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Org.). *Ethos discursivo*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MELO, José Marques de. *Teoria do jornalismo – Identidades brasileiras*. São Paulo: Paulus, 2006.

MORAES, Fabiana. *A pauta é uma arma de combate: Subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza*. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

MORAES, Fabiane. *Subjetividade: Ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral*. Extraprensa, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 204 – 219. 2019.

NETO, Leopoldo Pedro. *Construção do ethos de resistência jornalística na imprensa alternativa durante a ditadura militar brasileira: estudos dos depoimentos do projeto resistir é preciso*. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2020.

NETO, Leopoldo Pedro. *Embates entre contracultura e socialismo: disputas simbólicas na imprensa alternativa brasileira durante a ditadura militar*. AlterJor, São Paulo, v. 3. edi. 26, p. 123-137, 2022.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2000.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. *Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço*. Revista Galáxia, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009.

REGINATO, Gisele. *As finalidades do jornalismo: o que dizem veículos, jornalistas e leitores*. 2016. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

ROVIDA, Mara. *As periferias pelos periféricos: um fenômeno jornalístico contemporâneo*. Extraprensa, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 50 – 65, 2018.

ROVIDA, Mara. *Jornalismo das periferias: o diálogo social solidário nas bordas urbanas*. Curitiba: CRV, 2020.

ROVIDA, Mara. *Jornalismo das periferias: uma pesquisa de campo na Região Metropolitana de São Paulo*. Revista FAMECOS, Porto Alegre, v. 27, p. 1-11, 2020.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007

SARTOR, Basilio. *A noção de interesse público no jornalismo*. 2016. Tese

(Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TORRES, Mateus Gamba. *O judiciário e o ato institucional nº 5: repressão e acomodação em 1968*. *Movimentação*, Dourados, v. 5, p. 125-138, 2018.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. V. 2. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. V. 1. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2012.